



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2013 - 2017

Niterói, dezembro de 2012

Gestão

Reitor
Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor
Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Administração
Leonardo Vargas da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Sergio José Xavier de Mendonça

Pró-Reitor de Extensão
Wainer da Silveira e Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Jovina Maria de Barros Bruno

Pró-Reitor de Graduação
Renato Crespo Pereira

Pró-Reitor de Planejamento
Heitor Luiz Soares de Moura

Pró-Reitor de Pesquisa, Pos-Graduação e Inovação
Antonio Claudio Lucas da Nobrega

Superintendente de Arquitetura e Engenharia
Luiz Augusto Cury Vasconcellos

Superintendente de Comunicação Social
Rosane Pires Fernandes

Superintendente de Documentação
Ana Maria de Hollanda Cavalcanti de Sá Couto

Superintendente de Tecnologia de Informação
Fernando Cesar Cunha Gonçalves

Comissão Mista de Orçamento e Metas

(Portarias GAR nº 44.547 de 03 de maio de 2011 e nº 45.350 de 01 de agosto de 2011)

Alberto Di Sabbato
Ana Maria De Lima
Andréa Brito Latgê
Carlos Antonio Almeida Raeder
Cresus Vinicius Depes De Gouvea
Hélcio de Almeida Rocha
José Luiz Sanz de Oliveira
José Walkimar De Mesquita Carneiro
Jovina Maria De Barros Bruno
Leacyr De Oliveira Santos
Liliane Belz Dos Reis
Luiz Augusto Cury Vasconcellos
Mario Augusto Ronconi
Nadia Regina Pereira Almosny
Regina Célia Paula Leal
Renato Crespo Pereira
Rita Leal Paixão
Roberto Bechara Muniz
Saulo Cabral Bourguignon
Sergio José Xavier De Mendonça
Silvia Maria Sella (Presidente)
Tarcísio Rivello De Azevedo

Colaboradores

Aline da Silva Marques (PROGEPE)
Jailton Gonçalves Francisco (PROGRAD)
José Marcio Lima (PROPLAN)
Henrique Uzeda (STI)
Thiago Diogo (STI)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	07
LISTA DE FIGURAS	08
1. Introdução	09
2. Planejamento estratégico	09
3. Metodologia de elaboração e gestão do PDI 2013-2017	10
3.1 O mapa estratégico da Universidade Federal Fluminense	13
3.2 Indicadores e metas para os próximos 05 anos	13
4. Perfil Institucional	18
4.1 Finalidades	18
4.2 Missão	18
4.3 Visão	18
4.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da UFF	18
5. Projeto Pedagógico Institucional	19
5.1 Apresentação	19
5.2 Projeto Pedagógico da UFF – 2002 (atualizado em 2012)	20
5.2.1 Introdução	20
5.2.2 Desafios para a Universidade e para a educação superior	22
5.2.3 Por uma concepção de educação superior	25
5.2.4 Referenciais para o ensino na UFF	26
5.2.5 Em direção a uma dinâmica curricular integrada	31
6. Implantação e desenvolvimento dos cursos de graduação	35
7. Organização didático-pedagógica	39
8. Política de pessoal	39
8.1 Pessoal docente	39
8.1.1 Perfil do pessoal docente	40
8.1.2 Requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica	40
8.1.3 Critérios de seleção e de contratação	41

8.1.4 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	42
8.1.5 O regime de trabalho	43
8.1.6 A existência de plano de carreira	43
8.2 Perfil de servidores técnico-administrativos	48
8.2.1 A Estruturação do PCCTAE	48
8.2.1.1 Nível de Classificação	48
8.2.1.2 Níveis de Capacitação	49
8.2.1.3 Desenvolvimento na carreira	49
8.2.1.4 Seleção e Contratação	54
9. Instâncias decisórias e estrutura organizacional	54
9.1 Orgãos deliberativos	54
9.2 Organização administrativa	55
10. Auto-avaliação Institucional	59
11. Infraestrutura física e instalações acadêmicas	62
11.1 Bibliotecas	62
11.1.1 Programas de cooperação técnica e bibliográficas	63
11.1.2 Quadro de pessoal	64
11.1.3 Acervo bibliográfico	65
11.1.4 Funcionamento e frequência	67
11.1.5 Área física das bibliotecas setoriais	68
11.1.6 Base de dados disponíveis	71
11.2 Laboratórios	72
11.3 Plano de acessibilidade	73
11.3.1 Censo de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência	73
11.3.2 Acompanhamento dos estudantes com deficiência	73
11.3.3 Acessibilidade arquitetônica e urbanística	74
11.3.4 Cursos de capacitação e sensibilização de professores	74
11.3.5 Divulgação e eventos	74

12. Tecnologia de Informação e Comunicação	76
13. Educação a distância	77
13.1 A Educação a distância na UFF	77
13.2 Cursos de Graduação	78
13.3 Curso Superior Sequencial	79
13.4 Cursos de Especialização <i>Lato Sensu</i>	80
14. Oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado	83
15. Sustentabilidade Financeira	86
ANEXO I: MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Indicadores e metas da perspectiva Resultados Institucionais	14
Tabela 02: Indicadores e metas da perspectiva Tecnologia e Infraestrutura	15
Tabela 03: Indicadores e metas da perspectiva Processos Internos	16
Tabela 04: Indicadores e metas da perspectiva Pessoas	17
Tabela 05: Número de vagas por cursos de graduação em 2011 e em 2012	35
Tabela 06: Corpo Docente do Ensino Superior do Quadro Permanente	40
Tabela 07: Quadro de Docentes Nomeados (2008-2012)	42
Tabela 08: Hierarquização dos cargos nos níveis de classificação	48
Tabela 09: Níveis de capacitação em cada nível de classificação	49
Tabela 10: Progressão por Capacitação Profissional	50
Tabela 11: Escolaridade dos servidores técnico- administrativos	51
Tabela 12: Servidores nível de classificação A	52
Tabela 13: Servidores nível de classificação B	52
Tabela 14: Servidores nível de classificação C	52
Tabela 15: Servidores nível de classificação D	53
Tabela 16: Servidores nível de classificação E	53
Tabela 17: Distribuição das bibliotecas setoriais por área	63
Tabela 18: Recursos Humanos do Sistema SDC	64
Tabela 19: Servidores da SDC (por cargo)	64
Tabela 20: Acervo bibliográfico	65
Tabela 21: Funcionamento e Frequencia das bibliotecas	67
Tabela 22 – Área física das Unidades da SDC	69
Tabela 23: Base de dados	71
Tabela 24: Área física e média de atendimento de alunos nos laboratórios	72
Tabela 25: Distribuição de vagas no ensino de graduação a distância	78
Tabela 26: Programas de Pós-Graduação da UFF	83
Tabela 27: Previsão da capacidade financeira para os exercícios de 2013 a 2017	89
Tabela 28: Despesas do orçamento global	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma da UFF	56
Figura 02: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2008	87
Figura 03: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2009	87
Figura 04: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2010	88
Figura 05: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2011	88
Figura 06: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2012	89

1. Introdução

A UFF é uma universidade relativamente nova, com seus cerca de 52 anos de existência. A partir da década de 90, passou a ter um crescimento significativo em seus indicadores acadêmicos – quantidade e qualidade de seus cursos de pós-graduação, nível de seus pesquisadores, quantidade de publicações e projetos de extensão.

A partir de 2004, a UFF passou a fazer fomento interno ao ensino, pesquisa e extensão, por meio dos chamados “Programas do PDI”. Esta iniciativa, com poucos paralelos em outras universidades, propiciou a aceleração do incremento da qualidade acadêmica, tendo como eixo central a “Expansão de Vagas e Melhoria Qualitativa dos Cursos”.

De fato, a expansão de vagas discentes, tanto na sede como no interior do Estado, tem sido uma tendência desde os primórdios da UFF, a despeito dos poucos recursos do MEC disponibilizados à época.

Mais recentemente, com a possibilidade de adesão ao REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, a UFF decidiu apresentar o maior projeto de expansão do país, gerando investimentos vultosos em infraestrutura, equipamentos e mobiliário, bolsas, custeio e recursos humanos. Como resultado deste processo a UFF, hoje, possui a maior entrada anual de estudantes entre as universidades federais do país, o que projeta a que se torne, ao final dos próximos cinco anos, a maior universidade federal do país em número de estudantes de graduação.

Depois de uma expansão tão ambiciosa, a UFF redireciona o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para um novo eixo central que passará a ser a “Qualidade Acadêmica”. Esta decisão foi o resultado do planejamento estratégico que é apresentado a seguir.

2. Planejamento Estratégico e sua relação com o PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma importante ferramenta de gestão, pois compõe um conjunto de ferramentas de gestão e governança, viabilizando a evolução e desenvolvimento institucional de forma coesa, objetiva e clara, devendo ser considerado na operação diária da Universidade. Seu papel é tornar claros os objetivos organizacionais por meio da definição de seus objetivos estratégicos. O PDI, portanto, demonstra a necessidade de melhoria contínua e de inovação da administração pública, constituindo um ferramental decisivo e crucial para a geração de valor e maximização da qualidade percebida pela sociedade.

Ao mesmo tempo o planejamento estratégico é uma ferramenta administrativa que possibilita a percepção da realidade, avaliação dos caminhos e construção de um referencial de futuro para uma organização que tem como objetivo alcançar sua visão de futuro e missão de sua existência. Esse plano se desdobra em objetivos

estratégicos, indicadores e metas, sendo crucial para garantir o alinhamento e direcionamento entre os níveis: estratégico, tático e operacional.

O PDI 2013/2017 foi elaborado com o intuito de servir como base para o desenvolvimento de uma Universidade mais robusta, inteligente e inovadora, priorizando a excelência e qualidade em todas as suas perspectivas. Esse trabalho foi proposto pela Comissão Mista de Orçamento e Metas (CMOM) por meio da adoção de uma metodologia de planejamento estratégico que considerou o contexto socioeconômico e político, a comunidade ao entorno e tendências.

3. Metodologia de elaboração e gestão do PDI 2013-2017

A metodologia utilizada para a elaboração e gestão do PDI 2013-2017 da UFF utilizou como base:

- a O Decreto nº 5773 de 09 de Maio de 2006 que determina a necessidade do desenvolvimento e manutenção de um plano de desenvolvimento institucional para as IFES;
- b A técnica *Balanced Score Card* (BSC) para planejamento estratégico, que vem sendo constantemente adotada na administração pública federal brasileira;
- c O modelo Planejar-Executar-Verificar-Atuar (*Plan-Do-Check-Act* - PDCA) pois a melhoria contínua é necessária no desenvolvimento efetivo da UFF;
- d Os dados das avaliações realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), avaliações de desempenho dos servidores técnico-administrativos, bem como dados das Pró-reitorias, Superintendências, e Unidades administrativas e acadêmicas da UFF, e sugestões e críticas realizadas a partir da disponibilização do mapa estratégico na página da UFF.

A escolha dessa metodologia pela UFF partiu do pressuposto de que somente se pode planejar para o futuro observando a história, vocações e tendências do ambiente onde a instituição está inserida.

A metodologia de construção deste PDI foi constituída pelas etapas que se seguem.

- 1 **Análise Ambiental:** nessa etapa foi utilizada a técnica de Análise Ambiental SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*) com o objetivo de entender o contexto da UFF e sua comunidade do entorno, seguindo a seguinte sequência:

- a Comunicação e mobilização dos gestores;
- b Levantamento, coleta e tabulação dos dados existentes na UFF, incluindo avaliações internas (dados da Comissão Permanente de Avaliação - CPA), das pró-reitorias, superintendências e outros setores administrativos e acadêmicos;
- c Análise dos dados e geração dos Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades;
- d Validação dos pontos gerados junto aos gestores.

2 **Análise Estratégica:** nessa etapa foi realizada uma análise multidimensional e coleta das percepções dos dirigentes e gestores da UFF sob a sua realidade e perspectiva, gerando uma matriz de avaliação estratégica, relacionando os pontos fortes, fracos, as oportunidades e ameaças, conforme o que se segue:

- a Geração da matriz de avaliação estratégica usando os pontos identificados na etapa anterior;
- b Definição dos critérios de avaliação:
 - i Avaliação entre pontos fortes e oportunidades: qual a relevância de cada ponto forte para a maximização e melhor aproveitamento das oportunidades;
 - ii Avaliação entre pontos fortes e ameaças: qual a relevância de cada ponto forte para minimização e controle das ameaças;
 - iii Avaliação entre pontos fracos e ameaças: qual a relevância de cada ponto fraco em relação às ameaças, podendo configurar os fatores de risco para que a organização alcance seus objetivos;
 - iv Avaliação entre pontos fracos e oportunidades: qual a relevância de cada ponto fraco que podem comprometer o aproveitamento das oportunidades;
- c Comunicação com os interessados para preenchimento da matriz estratégica, usando um fator de relevância para cada item, respeitando:
 - i Em branco: sem opinião
 - ii 0 : Não interfere
 - iii 1 : Pouco significativa
 - iv 2 : Significativa
 - v 3 : Muito significativa
- d Tabulação dos dados coletados nas tabelas preenchidas pelos gestores;
- e Definição das Perspectivas de desenvolvimento, sendo elas:
 - i Resultados institucionais: macro-objetivos que visam ao alcance da missão e visão da UFF nos próximos 5 anos;

- ii Processos internos: definição dos processos-chave em que a UFF precisa alcançar a excelência e viabilizar os resultados institucionais;
 - iii Tecnologia e infraestrutura: definição dos objetivos relacionados às atividades meio da UFF, buscando dar suporte aos processos internos;
 - iv Pessoas: objetivos ligados à gestão de pessoas e capacitação pessoal e profissional dos professores e servidores técnico-administrativos da UFF;
 - v Orçamento: objetivos que buscam garantir os recursos necessários para o desenvolvimento do PDI da UFF;
- f Definição dos objetivos estratégicos: para cada critério apontado, em média, como significante (média de respostas maior ou igual a 2,5), a Comissão Mista de Orçamento e Metas derivou os objetivos estratégicos agrupando-os nas perspectivas previamente definidas;
- g Geração do mapa estratégico: o objetivo do mapa estratégico é facilitar o entendimento da estratégia da UFF, simplificando o entendimento e maximizando o conhecimento sobre os objetivos estratégicos da gestão nos próximos 5 anos.
- h **Definição dos indicadores e metas de desempenho:** para cada perspectiva e a cada objetivo estratégico resultante da etapa anterior, definir os indicadores de desempenho (*Key Performance Indicator - KPI*) e de sucesso (*Key Success Indicator - KSI*), viabilizando o controle e monitoramento do progresso da estratégia: definição, após consulta aos diversos órgãos administrativos e acadêmicos, dos indicadores e metas de desempenho para cada objetivo estratégico ao longo dos 5 anos do PDI.
- 3 **Definição dos projetos para o PDI 2013-2017:** para alcançar cada uma das metas estabelecidas e indicadores definidos, a UFF deverá realizar projetos. Esses projetos serão apresentados pelas pró-reitorias, superintendências e unidades administrativas da UFF. Cada projeto informará a quais objetivos estratégicos estão relacionados e quais as metas associadas com os indicadores de desempenho e sucesso. Dessa forma o alinhamento entre a estratégia e sua operacionalização estará garantido. Cada pró-reitoria e superintendência deverá monitorar continuamente o andamento dos projetos para garantir o cumprimento das metas sob sua responsabilidade, as quais serão acompanhadas semestralmente pela PROPLAN.

- 4 Anualmente, será lançada pela Comissão Mista de Orçamento e Metas uma chamada para proposição e seleção de Programas no âmbito do PDI, a serem apresentados por pró-reitorias e superintendências, que possam atender de modo significativo aos objetivos estratégicos e suas metas relacionadas, os quais serão acompanhados quadrimestralmente pela Comissão Mista de Orçamento e Metas.

3.1 O mapa estratégico da Universidade Federal Fluminense

O mapa estratégico da UFF demonstra de forma clara e objetiva os resultados obtidos a partir das avaliações realizadas conforme metodologia descrita anteriormente.

3.2 Indicadores e metas para os próximos 05 anos

Os indicadores e metas definidos em cada perspectiva são apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 01: Indicadores e metas da perspectiva Resultados Institucionais

PERSPECTIVA – RESULTADOS INSTITUCIONAIS						
Objetivo estratégico	Indicador	Metas				
		2013	2014	2015	2016	2017
Ampliar áreas de excelência e o impacto social da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural.	➤ $IGC = \alpha G + \{(1 - \alpha) \beta \div 2\} (M + 5) + \{1 - \alpha\}(1 - \beta) \div 3\} (D + 10)$	4	4	4	4	5
	➤ % de programas de pós-graduação stricto sensu com conceito maior ou igual a 5	23	22	21	25	24
	➤ No. de alunos recebidos em programas de mobilidade acadêmica (nacional e internacional)					
	➤ Número de convênios com instituições (locais, nacionais, internacionais)	161	210	254	308	372
	➤ % de publicações em revistas Qualis A ou B1	200	220	242	266	293
	➤ No. de periódicos da UFF Qualis A ou B1	30	30	30	30	30
	➤ % de acessos (locais, nacionais, internacionais) às páginas da UFF e, em particular, às publicações eletrônicas da UFF	4	5	6	7	7
	➤ No de eventos (locais, nacionais, internacionais) organizados pela UFF	5	10	5	10	5
	➤ No. de pesquisadores bolsistas produtividade em pesquisa	18	20	22	26	30
	➤ No. de pesquisadores bolsistas produtividade em pesquisa nível 1	285	306	330	363	399
Aumentar a qualidade e a quantidade de cidadãos formados, que estejam ética e tecnicamente preparados para os desafios da sociedade.		100	110	121	130	140
	➤ NFG = Número de alunos graduação formados	3882	4000	4182	4387	4585
	➤ NFP= Número de alunos de pós-graduação (stricto sensu) formados	998	998	1058	1122	1189
	➤ NQ= Número de alunos de pós-graduação formados em cursos da UFF com conceitos maiores ou iguais a 5	357	379	401	425	451
	➤ No. de alunos que participam de programas acadêmicos	2020	5077	5265	5424	5587
	➤ No. de alunos da UFF em programas de mobilidade acadêmica	315	420	505	606	726

Tabela 02: Indicadores e metas da perspectiva Tecnologia e Infraestrutura

PERSPECTIVA – TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA						
Objetivo estratégico	Indicador	Metas				
		2013	2014	2015	2016	2017
Fortalecer programas de manutenção de infraestrutura	➤ % de programas de manutenção realizados/solicitados	60	65	70	75	80
	➤ % de programas de manutenção corretiva e preventiva realizados / programados	20	40	70	85	100
Desenvolver políticas de consolidação do REUNI e modernização da infraestrutura física, dos recursos materiais e tecnológicos, pós-expansão universitária	➤ No. de projetos de modernização ou de expansão da infraestrutura física pós-expansão	10	5	5	3	
	➤ No. de obras a serem consolidadas do REUNI	8	2			
	➤ % de obras de modernização ou de expansão da infraestrutura física executados		25	50	75	100
	➤ % de salas de aula equipadas adequadamente (temp, iluminação e recursos audio-visuais) para atender seus objetivos					
	➤ % de incremento de investimentos em laboratórios didáticos	20	35	48	65	80
	➤ % Adequação dos ambientes para a acessibilidade	5	5	5	5	5
	➤ No. de projetos de TI executados	20	50	80	90	100
	➤ % projetos de TI executados/planejado	15	22	27	29	31
	➤ No. de licenças de software adquiridas	30	50	65	70	80
		10000	2000	1000	1000	1000
Desenvolver políticas institucionais de apoio à criação e modernização de laboratórios preferencialmente multiusuários	➤ No. de projetos aprovados de criação de laboratórios multiusuários	8	16	20	30	45
	➤ No. de laboratórios implementados com caráter multiusuário	6	10	20	35	55
	➤ No. de laboratórios multiusuários com projetos que atendam à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão	4	8	10	15	22
Implementar um sistema de gestão eletrônica de documentos	➤ No. de processos de trabalho implantados no sistema	2	4	6	8	10
	➤ No. de documentos geridos pelo sistema	100	500	1000	5000	10000
Ampliar o acervo bibliográfico, preferencialmente digital	➤ % incremento no número de obras digitais adquiridas	5	5	5	5	5
	➤ % incremento no número de obras impressas adquiridas	5	5	5	5	5
Promover a produção, utilização e divulgação de novas tecnologias educacionais	➤ No. de alunos matriculados no Ensino a Distância	9000	9200	9500	9700	10000
	➤ No. de projetos de produção de novas tecnologias educacionais em desenvolvimento	1	2	3	4	5
	➤ No. de produtos gerados	1	2	3	4	5
Implementar um sistema integrado de informações institucionais	➤ No. de bases de dados integradas	3	5	8	10	15
	➤ No. de consultas realizadas	500	1000	2000	5000	15000

Tabela 03: Indicadores e metas da perspectiva Processos Internos

PERSPECTIVA – PROCESSOS INTERNOS						
Objetivo estratégico	Indicador	Metas				
		2013	2014	2015	2016	2017
Ampliar a produção científica por meio da pesquisa e da extensão	➤ No. de artigos em periódicos com corpo editorial publicados	2100	2310	2540	2790	3050
	➤ No. de livros publicados	75	83	91	100	110
	➤ No. de capítulos de livros publicados	220	242	266	295	325
	➤ No. de solicitação de patentes	17	20	24	29	35
	➤ Nº de programas de pós-graduação stricto sensu	64	67	70	73	76
	➤ Nº de programas de pós-graduação stricto sensu com conceito maior ou igual a 5	15	15	15	18	18
Ampliar a participação institucional nos programas de mobilidade internacionais	➤ No. de alunos da UFF que participam de programas de mobilidade internacional (ensino, pesquisa, extensão)	300	400	480	576	691
	➤ No. de alunos estrangeiros que participam de programas de mobilidade (ensino, pesquisa, extensão)	190	235	274	321	377
	➤ No. de convênios de âmbito internacional	200	220	242	266	293
Aplicar conceitos de sustentabilidade na gestão administrativa e acadêmica da UFF	➤ No. de projetos implementados voltados para a redução de desperdício dos recursos naturais	4	5	7	7	12
	➤ No. de eventos que disseminam os conceitos de sustentabilidade	9	11	12	15	16
Desenvolver políticas institucionais de redução da retenção e evasão dos estudantes	➤ Taxa de sucesso na graduação (TSG)	70	70	80	85	90
	➤ No de estudantes atendidos pelos programas de redução da retenção dos estudantes	480	600	600	800	800
	➤ No de estudantes atendidos por programas de nivelamento acadêmico para novos alunos	500	600	600	700	800
	➤ No. de alunos que participam de programas acadêmicos	2630	2700	2770	3020	3020
Racionalizar a estrutura administrativa das Unidades Acadêmicas	➤ % de Unidades com estrutura administrativa racionalizada		10	20	30	50
Racionalizar a grade curricular no que tange a carga horária, turnos e pré-requisitos	➤ % de cursos de graduação com estrutura curricular racionalizada	20	30	50	70	80
Melhorar os processos internos de planejamento, execução e controle	➤ No. de Unidades administrativas que realizaram mapeamento dos processos	3	4	5	6	7

Tabela 04: Indicadores e metas da perspectiva Pessoas

PERSPECTIVA – PESSOAS						
Objetivo estratégico	Indicador	Metas				
		2013	2014	2015	2016	2017
Desenvolver políticas de retenção do quadro de servidores	➤ No. de Ações realizadas pela Seção de Prevenção Sócio-Funcional	40	48	57	69	82
	➤ % de servidores atendidos por Programas relativos à Qualidade de Vida	50	55	60	65	70
	➤ % de satisfação do servidor com o Programa	60	60	70	80	90
	➤ % de servidores atendidos por programas de Valorização profissional	0	0	10	15	20
	➤ % de satisfação do servidor com os Programas	0	0	60	65	70
	➤ % de evasão de TAs	15	15	13	13	10
Aprimorar políticas de qualificação/capacitação do quadro de servidores	➤ % de servidores capacitados	50,25	50,85	51,45	52,65	53,60
	➤ % de servidores qualificados	50	55	60	65	70
	➤ IQCD: (5D+3M+2E+1G) / (D+M+E+G)	4,40	4,45	4,55	4,65	4,80
	➤ Índice de implementação de processo avaliativo de docente, envolvendo auto-avaliação, pares, chefia e alunos	5	12	22	36	55
	➤ Índice de implementação de processo avaliativo de técnico-administrativo, envolvendo auto-avaliação, pares, chefia e clientes	50	75	90	100	
Consolidar o modelo de gestão por competências	➤ % de unidades com competências mapeadas para TAs	100				
	➤ % de implementação do modelo para TAs	0	25	50	75	100
Implantar políticas de distribuição da força de trabalho técnico-administrativa e docente	➤ % de perfis identificados dos TAs, por cargo dentro de cada setor	50	75	100	100	100
	➤ % de unidades com lotação ideal em relação ao perfil definido	0	0	15	50	100
	➤ % de implementação dos processos de lotação de TAs com base nos resultados da análise da força de trabalho	0	0	0	25	50
	➤ % de implementação dos processos de lotação de docentes com base nos resultados da análise da força de trabalho	5	10	15	20	25
Desenvolver servidores para ações de planejamento, programação e controle	➤ No de eventos voltados ao desenvolvimento de servidores para ações de planejamento, programação e controle	5	10	15	10	5

4 Perfil Institucional

4.1 Finalidades

A UFF tem por finalidade; de acordo com o seu Estatuto:

- I – manter, desenvolver e aperfeiçoar o ensino nas unidades que a integram, bem como promover outras atividades necessárias à plena realização de seus objetivos;
- II – promover a pesquisa filosófica, científica e tecnológica, literária e artística;
- III – formar pessoal para o exercício das profissões liberais e técnico científicas e de magistério, bem como para o desempenho de altas funções na vida pública e privada;
- IV – estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;
- V – cooperar com as entidades públicas e privadas na realização de trabalhos de pesquisa e serviços técnico-profissionais, visando ao desenvolvimento fluminense;
- VI – estimular os serviços relativos à formação moral e histórica da civilização brasileira, em todos os seus aspectos;
- VII – desenvolver o espírito universitário; e
- VIII – desenvolver harmonicamente e aperfeiçoar em seus aspectos moral, intelectual e físico a personalidade dos alunos.

4.2 Missão

Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento econômico-social auto-sustentado do Brasil.

4.3 Visão

A UFF será reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades.

4.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da UFF

A UFF foi criada em 18/12/1960, pela Lei 3.848 DOU (20/12/1960), com a denominação de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ) e instituída conforme a Lei 3.958(13/09/1961), com a união de cinco faculdades federais, três estabelecimentos de ensino estaduais e duas faculdades particulares sediadas no município. O atual nome foi homologado pela Lei 4.831(05/11/1965) e seu Estatuto aprovado pelo Conselho Federal de

Educação, conforme Parecer Nº 2/ 83. Homologado através da Portaria Ministerial n.º 177 de 2/5/83. Publicado no Diário Oficial da União de 5/ 5/83.

A Universidade Federal Fluminense, com sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro, é uma entidade federal autárquica, de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira. Em 52 anos de vida a UFF tornou-se uma universidade de grande porte, com ensino, pesquisa e extensão em quase todas as áreas do conhecimento. Conta com 129 cursos de graduação presencial, 84 deles em Niterói e 45 no interior. Conta também com 03 cursos de graduação à distância, 83 cursos de mestrado e 49 cursos de doutorado, os quais atendem 16 cidades. Conta ainda com 38 unidades de Ensino superior, 116 departamentos de ensino e 01 colégio de aplicação. Possui 2960 docentes, sendo 2074 doutores e 717 mestres, dos quais 2370 estão em regime de dedicação exclusiva e 121 em regime de 40 horas. Possui 4695 servidores técnico-administrativos, 49.363 alunos de graduação e 4.166 de pós-graduação *stricto sensu*, e cerca de 16260 de pós-graduação *lato sensu* (dados 2011). Nos últimos 10 anos, houve uma intensificação da interiorização da UFF no estado do Rio de Janeiro, com cursos de graduação presenciais em Angra dos Reis (2); Campos dos Goitacazes (9); Itaperuna (1); Macaé (3); Miracema (1); Nova Friburgo (3); Rio das Ostras (7); Santo Antonio de Padua (6) e Volta Redonda (13).

Na área cultural, a universidade conta com a Editora da UFF, a Livraria Icaraí, o Cine Arte UFF, teatro, galeria de arte, a Orquestra Sinfônica Nacional, o conjunto Música Antiga e o Quarteto de Cordas.

A universidade, como lugar de produção de conhecimento e tecnologia, deve estar articulada com os grandes centros de saber, internacionalizando-se, isto é, integrando-se a uma rede mundial de produção e disseminação do conhecimento pelo planeta, com forte compromisso ético na sua reprodução, visando minorar os desníveis socioeconômicos entre os povos e estando a serviço da democracia e da paz.

A UFF não pode ficar atrás nesse processo. Sua vocação original não deve ser empecilho, mas estímulo para a formulação de um projeto que atenda as novas demandas que o presente-futuro exige dos centros de saber, caminhando assim para um processo de internacionalização. Os resultados assegurarão tanto um futuro melhor para os seus alunos, como incidirão em um maior desenvolvimento do interior fluminense, integrando-o naquele processo, e ampliando, também, a própria visibilidade da UFF no cenário nacional e internacional.

5 Projeto Pedagógico Institucional

5.1 Apresentação

Um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) representa a linha pedagógica que uma determinada Instituição estabelece para o gerenciamento de seus Cursos de Graduação, Pós-graduação e Extensão. Este Projeto deve ser elaborado por diferentes representações ou categorias institucionais, e profissionais de áreas distintas. A Universidade Federal Fluminense (UFF) elaborou o seu último PPI, em 2002, levando em consideração estes e outros preceitos considerados pertinentes na elaboração de um Projeto desta natureza.

Em 2002, o PPI da UFF foi elaborado considerando os contornos que orientavam a educação superior, particularmente aqueles voltados à formação da cidadania e do exercício profissional naquele momento. Também norteou esta elaboração a necessidade imprescindível da UFF, após 40 anos de existência, possuir uma referência capaz de consolidar sua identidade como Instituição de Ensino Superior Pública.

Na elaboração do referido PPI-UFF (2002), uma proposta preliminar feita por uma Comissão composta por Representantes das Pró-Reitorias de Assuntos Acadêmicos, de Extensão e Pesquisa e Pós-Graduação, e Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Esta proposta foi amplamente divulgada e discutida em diferentes instâncias da UFF e após a sua consolidação e aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Decisão nº 495/2002), este PPI configurou-se como a referência para a execução de uma política de ensino na UFF.

Em 2008 este mesmo PPI-UFF (2002) foi inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2008-2012), mas contendo ligeiras modificações ou atualizações que naquele momento foram julgadas pertinentes.

Neste momento em que a UFF elabora o seu próximo PDI, 2013-2017, uma nova atualização foi realizada no PPI-UFF (2002) por uma Comissão constituída por Representantes das Pró-Reitorias de Graduação, de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e da Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Foram mantidos todos os elementos básicos que o constituíram em 2002, porém, foram inseridos elementos considerados fundamentais para compatibilizá-lo com o PDI 2013-2017, particularmente nos aspectos de políticas de ensino, pesquisa, extensão e avaliação institucional. No entanto, devido às inúmeras mudanças ocorridas nesta última década, tanto na sociedade como na própria UFF, a Comissão que fez esta atualização recomenda que seja elaborado um novo PPI-UFF. Amplas reflexões são necessárias sobre o histórico e a missão da instituição, sua inserção, relevância regional e destino dos egressos, a concepção de ensino e currículo adotada, quais as políticas institucionais em relação aos docentes e discentes, além de avaliação da Instituição, dentre outros aspectos julgados relevantes. Mas a construção de um novo PPI-UFF deve ser resultado de ampla articulação e participação da comunidade universitária.

5.2 Projeto Pedagógico da UFF – 2002 Atualizado em 2012

5.2.1 Introdução

A proposição de um Projeto Pedagógico Institucional para a UFF (PPI/UFF) tem por finalidade dotá-la de um plano de referência para sua ação educativa. Se considerarmos a importância que difícil projetar suas implicações para o todo institucional. Este, quando implementado, altera qualitativamente todas as instâncias que compõem a instituição.

Os fundamentos do PPI/UFF, orientando o processo educativo de forma articulada, no entanto, não pode secundarizar os compromissos sociais da Instituição. A idéia de autonomia, que se expressa no cotidiano educacional através do princípio da liberdade de ensino, se impõe como corolário dos compromissos sociais e engendra o caráter plural da Universidade. Mas esta pluralidade não é neutra e nem necessariamente atende a interesses comuns. Tal fato exige que a Universidade explicita os fundamentos de sua proposta para a sociedade, como forma de submeter-se à crítica social. Assim, a afirmação da liberdade de ensino cria as condições para que ele possa legitimamente materializar-se, articulando a pluralidade de idéias e propostas que caracterizam a instituição.

Desta perspectiva, em uma instituição estruturada, como a nossa, impõem-se, naturalmente, algumas indagações, dado que, de forma explícita ou não, há projetos pedagógicos de curso em andamento. Muitos deles atualizados recentemente, de acordo com os recursos disponíveis e com as diretrizes existentes. Assim, cabe perguntar: como produziremos a integração entre os diferentes projetos? O que eles têm em comum? De que modo suas especificidades poderiam contribuir para potencializar uma proposta integradora? Como ampliar sua capacidade de intervenção na realidade do mundo atual?

Para efeitos de construção do presente documento, toma-se como referência o pressuposto de que um projeto educativo é parte indissociável dos projetos sociais e culturais que o informam. Entre suas características básicas estão:

- Expressar uma proposta pedagógica;
- Implicar em uma concepção de “ser humano”;
- Orientar-se por um estilo educativo e em um estilo de aprendizagem ensino;
- Considerar a realidade do contexto social, econômico e cultural no qual se realizará;
- Concretizar-se pela ação integrada de gestores, docentes, alunos e técnico-administrativos.

Desta ótica, a construção do PPI implica preliminarmente um diagnóstico, isto é, o que está se passando no mundo atual e na UFF. Uma vez obtido o consenso necessário a respeito das questões fundamentais, trata-se de traçar as alternativas de ação. Para traçá-las, é necessário uma fundamentação teórica (filosófico-pedagógica) que justifique o porquê de sua formulação e os seus propósitos e objetivos – para que vamos fazê-lo.

Estabelecidos os nossos propósitos, há que se conceber as estratégias de implementação, ou seja: Como vamos fazê-lo? Pessoas para implementar a proposta: quem a dirigirá e a quem se destinará – Com quem vamos fazê-lo e a quem vamos dirigi-lo? Recursos materiais e outros - Com o que vamos fazê-lo? Cronograma – Quando vamos fazê-lo? Circunscrição da área de ação – ambiente físico e lugar geográfico – Aonde iremos realizá-lo?

Obviamente reconhecemos que para muitas destas questões não temos respostas imediatas, nem mesmo os recursos materiais e financeiros necessários, assim como a

correspondente atualização e/ou qualificação das pessoas envolvidas. Mas, se queremos avançar na consolidação da UFF, não podemos adotar posturas imobilizadoras diante das adversidades. Trata-se, inicialmente, de redefinir nossos projetos pedagógicos de curso, com os recursos disponíveis, e progressivamente incorporar os princípios, diretrizes e valores aqui propostos. No âmbito da gestão acadêmica, faz-se necessário repensar nossas metas institucionais e os modos de dar-lhes consecução na direção do que se pretende. E, neste processo, à luz das experiências e reflexões operadas sobre a realidade rever, quando de fato se fizer imprescindível, os objetivos definidos. É preciso começar hoje a construir o amanhã.

Este documento é resultado dos estudos e discussões havidas com a participação de representantes da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos – PROAC, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP, pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF – CPAIUFF. Para sua elaboração tomou-se como referência fundamental os documentos: Diretrizes para uma Política de Graduação na UFF, elaborado pelo Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação, em 1999; Plano Nacional de Graduação, proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – FORGRAD, em 1999, Plano Nacional de Extensão, formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 2000, IV Plano Nacional de Pós-Graduação, apresentado pela CAPES como versão preliminar em 2000, além das propostas de reformulação para a educação superior em nível mundial anunciadas pela Unesco através do documento “Tendências da Educação Superior para o Século XXI”.

Além desses referenciais, o PPI/UFF incorpora também as diversas contribuições recebidas da comunidade acadêmica. Com base nesse conjunto de referências, procura apontar alguns pressupostos básicos para a reestruturação das propostas pedagógicas dos cursos de graduação, o aperfeiçoamento dos programas de pós-graduação e sua efetiva articulação com a extensão.

5.2.2 Desafios para a Universidade e para a educação superior

Pensar a natureza da formação universitária a ser oferecida, e a qualidade intrínseca que ela engendra, implica, antes de tudo, optar por uma concepção pedagógica referenciada ao futuro da sociedade. Para isso é necessário repensar o papel social que a Universidade desempenha no contexto em que se insere. É concebê-la em suas possibilidades e limitações diante dos desafios que a ela se impõe e lhe são impostos.

A complexidade das sociedades atuais leva a Universidade Pública, como instituição, a ter que se defrontar com uma série de exigências às quais ela, ainda, não tem condições de responder. Sua capacidade de resposta é prejudicada pelas políticas restritivas ao seu financiamento, por parte do Estado, e pela ciosidade com que reage às mudanças e inovações no ambiente externo. É assim que, premida pelas críticas, desaparelhada pelo financiamento restritivo, massificada para atender a interesses utilitaristas, e carente de

estímulo aos seus quadros, ela se acomoda a interesses políticos e de mercado, na busca de sua re-legitimação.

Como instituição social, a Universidade vem sendo questionada por muitos setores. Esses questionamentos seriam decorrência de vários fatores, dentre os quais se destacam os questionamentos ao paradigma da modernidade, ao princípio da razão e o desgaste das utopias. De outra parte, não se pode esquecer também do progressivo desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação que contribuem para um descentramento na produção do conhecimento e na formação de profissionais de que os países necessitam para o seu desenvolvimento.

Entretanto, mesmo diante desses questionamentos, não se pode deixar de lado o caráter crítico da Universidade, ao produzir e disseminar conhecimento. Afinal, de que lugar pode-se questionar a verdade, volátil ou não, se não há um lugar mantido pela sociedade como instância de produção e de crítica ao conhecimento instituído e/ou produzido. E, é este questionamento constante ao conhecimento instituído que viabiliza a função transformadora da educação superior.

No plano da produção do conhecimento constata-se um crescimento vertiginoso da atividade de pesquisa, o que também contribuiu para a ruptura de fronteiras entre as disciplinas científicas. Como conseqüência, incrementa-se a produção do conhecimento através de redes de pesquisadores e instituições, cada vez mais diversificadas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se assiste a um formidável desenvolvimento científico, constata-se que nunca a continuidade da vida no planeta e da raça humana esteve tão ameaçada. As alterações no equilíbrio ecológico, na forma de vida, os dejetos industriais, o lixo não degradável, a escassez de energia e de água, entre outros, não são só produto da complexificação das sociedades, uma vez que são causadas pelas soluções que os especialistas engendram seja para o desenvolvimento econômico, seja para o tecnológico e social.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, verifica-se, cada vez mais, que a atuação profissional deixa de ser referenciada nos postos de trabalho, nos cargos, para orientar-se pelos pressupostos das formas mais flexíveis de produção. Esta configuração indica, para a Universidade, que a formação profissional a ser oferecida deverá incluir a orientação para diferentes inserções no mundo do trabalho.

No plano das relações internacionais, por força da globalização econômica, assiste-se à progressiva competitividade econômica e tecnológica entre países e regiões do planeta. Aqueles países que detêm capital e tecnologia impõem aos demais um papel subordinado e dependente, tanto do ponto de vista econômico, quanto tecnológico, cultural e ideológico. Este cenário indica, para a Universidade brasileira, a necessidade de que ela contribua decisivamente para que se possa afirmar o país de modo soberano neste novo contexto. Ela deverá gerar o conhecimento capaz de levar a soluções próprias a fim de que se supere o atraso social, tecnológico e econômico com que o Brasil hoje se defronta.

Ao mesmo tempo em que se redesenham e se rompem fronteiras entre nações, vê-se crescer a intolerância e o desprezo entre povos, a xenofobia e o racismo, a violência e a exclusão social. Assiste-se ao massacre de etnias, à exclusão dos mais elementares direitos à vida, em continentes inteiros. Acrescente-se a isso o fato de os conhecimentos necessários para a eliminação da vida serem, cada vez mais disponíveis para quem deles queira fazer uso. As instituições educativas não podem, portanto, deixar de dar sua contribuição para a superação deste quadro. A educação tem um compromisso com a paz, o bem estar de todos, a solidariedade entre os seres humanos e a natureza.

No Brasil, além destes, muitos outros aspectos precisam ser mais bem equacionados. Como a ausência de políticas consistentes que definam o lugar desta instituição no desenvolvimento do próprio país e a ausência de uma política estável para o financiamento e desenvolvimento da pesquisa e do ensino, além de outras relacionadas a democratização do acesso a Educação superior. Estas ausências reduzem a capacidade do Brasil de enfrentar a dependência tecnológica e econômica.

No que tange à pesquisa, verifica-se que ela está majoritariamente concentrada nas Instituições Públicas, mas, nelas ainda se reduz a um grupo.

Com esta referência, as políticas públicas à ela relacionada, consideram estratégico investir apenas nas áreas de pesquisa onde somos mais competitivos. Entretanto as políticas de pós-graduação, adotadas nas últimas décadas, têm dado consideráveis resultados para a formação de uma sólida massa crítica de pesquisadores, que começam a se disseminar pelo país e criando expectativas bastante positivas para o desenvolvimento científico sustentado. No plano nacional, quando consideramos parâmetros oficiais, a UFF firma-se, progressivamente, como uma instituição de referência no campo científico, no do ensino e no do compromisso social. Seus indicadores de desempenho vêm apresentando significativo crescimento, a despeito da contração de recursos a que se vê submetida. Os critérios de mérito, convencionalmente estabelecidos, vêm sendo perseguidos cada vez mais por diferentes áreas acadêmicas. O reconhecimento, por parte da comunidade regional, do ensino que ministra é hoje incontestável, quando consideramos sua relação candidato/vaga. Constata-se o crescimento acelerado das atividades de pós-graduação e progressivamente delineiam-se políticas consistentes de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Se este quadro ainda não pode ser generalizado para todos os setores da UFF, não podemos deixar de admitir que eles se vêm impondo de forma sensível. Evidencia-se, através de inúmeros indicadores, a emergência de uma nova configuração interna, no que se refere ao quadro docente, à pesquisa, ao ensino e a extensão. Entretanto, há de se reconhecer também que este desenvolvimento institucional vem sendo prejudicado pela relativa falta de intencionalidade na sua gestão global e setorial. Ressalta-se a necessidade de instrumentos balizadores deste desenvolvimento, tanto no campo dos princípios que a orientam, dando forma a sua ação pedagógica e sua gestão acadêmica.

A tarefa de delinear os referenciais que deverão orientar este desenvolvimento e sua respectiva ação pedagógica, portanto, deve ser compreendida como manifestação de

intencionalidade deste desenvolvimento. Ela é uma antecipação da formulação de políticas que delineiem, balizem e alavanquem a qualidade que ganha corpo no seio da instituição e não uma negação daquilo que hoje se está a processar por todos os setores que compõem a UFF.

5.2.3 Por uma concepção de educação superior

No plano do ensino, a Universidade tem estruturado suas metodologias pelo paradigma da modernidade, trabalhando o conhecimento muito mais como produto do que como processo. Há, nessa estruturação, a percepção de que a teoria vem sempre antes da prática e que esta deva ser compreendida como aplicação exclusiva daquela. É valorizado um currículo altamente específico e especializado. No entanto, as sociedades atuais estão a exigir, cada vez mais, a participação de cidadãos não somente qualificados para o trabalho, mas principalmente aptos a refletir e produzir novos conhecimentos acerca de sua prática profissional.

Quando tomamos como referência a concepção de que a graduação consiste fundamentalmente em um nível mais elevado de ensino, estamos, de algum modo, enfatizando as competências e habilidades transferidas para o estudante. Nesta perspectiva, o caráter tecnicista e orientado para as necessidades do mundo do trabalho se ressalta. Por outro lado, quando tomamos a graduação como educação superior, estamos nos referindo à utilização dos meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento do ser humano. Através desta concepção busca-se encorajar o autodidatismo e estimular e facilitar a autonomia do espírito. Não se trata de privilegiar o mero saber, mas antes de tudo um modo de pensar aberto e livre.

Por compreender que o conhecimento não é neutro, bem como suas formas de produção e disseminação, a UFF concebe a atividade de ensino num sentido amplo, que transcende a necessária formação técnica e de competências. Seu objetivo é contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente.

Por ser uma Universidade Pública e Gratuita, a UFF estará sempre aberta aos mais amplos setores sociais e suas ações, sempre pautadas pelos valores democráticos e acadêmicos, alicerçadas na produção crítica do conhecimento. Enquanto local dinâmico da universalidade de saberes, espaço de diálogo e reflexão, a Universidade deve buscar permanentemente o estabelecimento de inter-relações entre o todo e suas partes, resguardadas as especificidades dos diferentes campos do conhecimento. Com isso reafirma a compreensão de que o produto final, sempre provisório, da construção da ciência e da tecnologia, deve ser identificado, reconhecido, vivenciado e apropriado pela humanidade, como produto inacabado, colocando-o a serviço da vida.

Como participante autônoma do desenvolvimento social, a formação na universidade será parceira de um processo produtivo diversificado e múltiplo para uma sociedade que radicalize a concepção de cidadania. Isto significa formar profissionais que estejam aptos a exercer suas funções de modo ético, sempre conscientes das implicações sociais de suas ações. Uma formação que forneça um conjunto de referências éticas necessárias tanto por razões profissionais, quanto por razões sociais, pessoais e ecológicas.

5.2.4 Referenciais para o ensino na UFF

Para avançar na direção de uma concepção de Universidade comprometida com o social teremos de reconhecer que a ação pedagógica está presente em todas as dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade, não se reduzindo, portanto, àquilo que ocorre na sala de aula e nos conhecimentos transferidos. Teremos de reconhecer, também, que o projeto pedagógico de cada curso materializa-se no cotidiano, através das práticas que o caracterizam, dos modelos que estimula, das atitudes e valores que promove e incentiva, assim como dos recursos materiais disponíveis. E tal materialização é tão importante para a formação do profissional quanto o conhecimento técnico.

Respeitando a pluralidade de discursos e práticas pedagógicas existentes, os referenciais propostos a seguir têm por objetivo fazer a UFF avançar, de modo articulado, na realização das atividades relacionadas à educação superior. Para esta tarefa, a UFF assume como sendo estratégico substituir o paradigma da disciplinaridade, que até agora conduziu o padrão ensino e aprendizagem na educação superior, pelo de interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade.

Através do enfoque interdisciplinar, promove-se a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, pois ele pressupõe uma atitude de abertura não preconceituosa onde todo o conhecimento é igualmente importante, onde o conhecimento individual esvazia-se frente ao conhecimento universal. A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de toda disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, e um de seus imperativos teóricos é a unidade do conhecimento. A prática da transdisciplinaridade, no contexto da sala de aula, implica na vivência do espírito de parceria e de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fins, tempo e espaço, professor e aluno, reflexão e ação, dentre muitos dos múltiplos fatores integradores do processo pedagógico. Para que se atinjam estes objetivos gerais, torna-se necessária a configuração de estruturas curriculares mais flexíveis para os diferentes programas de ensino. Elas despontam como elementos indispensáveis para atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa para a existência humana. Como atitude propositiva, permite ao educando exercer a autonomia na escolha de seus objetivos, ou seja, buscar sentido para a sua vida acadêmica.

Os esforços para a construção de uma proposta educacional desta natureza ressaltam a necessidade da adoção de um paradigma de educação superior centrado no estudante. Este paradigma está assentado nos quatro pilares da educação contemporânea: aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer.

Trata-se de, pedagogicamente, dar a sustentação necessária para a missão da educação superior. Educar estudantes para que sejam cidadãos e cidadãs bem informado(a)s e profundamente motivado(a)s, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas com a sociedade, procurando suas soluções e aceitando as responsabilidades sociais daí decorrentes; aspira-se, ainda, que sejam capazes de pensar criticamente as mudanças que se operam na sociedade e que tenham habilidade de transitar nas diferentes regiões do saber. A missão da UFF, ao promover a promoção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo integrado, formará profissionais com valores éticos capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Aprender a ser, implica em aprender que a palavra "existir" significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social. Para fundamentar o ser, é preciso antes escavar as nossas incertezas, as nossas crenças, os nossos condicionamentos; questionar sempre. Para isto o espírito científico é um precioso guia.

Aprender a fazer é um aprendizado da criatividade. "Fazer" também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas. Edificar uma verdadeira pessoa também quer dizer assegurar-lhe condições máximas de realização de suas potencialidades criadoras, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores. Aprender a fazer significa, certamente, a aquisição de uma profissão, bem como dos conhecimentos e das práticas associadas a ela. Mas, especialmente de edificar um núcleo de conhecimentos, suficientemente flexível para permitir, caso necessário, um rápido acesso à outra área profissional.

Aprender a conhecer significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana à não-aceitação de qualquer resposta pré-fabricada e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos. Aprender a conhecer também quer dizer ser capaz de estabelecer pontes entre os diferentes saberes; entre estes saberes e suas significações na vida cotidiana e, por fim, entre estes saberes e significados e as nossas capacidades interiores.

Aprender a viver juntos significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. "Viver junto" não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças de opinião, de cor de pele e de crenças; fingir escutar o outro, embora permanecendo convencido da justeza absoluta das próprias posições. Assim, mais do que

tolerar o outro, é preciso aprender a articular a multiplicidade de diferenças, muitas vezes conflituosas, entre os seres humanos.

Com este referencial, os processos de mudança curricular, na medida das possibilidades de cada curso, devem progressivamente incorporar aos currículos abordagens que impliquem em:

- Conceber a ciência como um conhecimento em construção e sujeita a incerteza ao erro e a ilusão.
- Promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais, para neles inserir os conhecimentos parciais e locais.
- Estimular o conhecimento da identidade complexa do ser humano e a consciência de sua identidade comum a todos os outros humanos. Para isso é preciso começar a compreender o ser humano como a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico.
- Ensinar princípios para formulação de estratégias que permitam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em consonância com as informações adquiridas ao longo do tempo.
- Educar para a paz e para a compreensão entre todos os seres humanos, através do estudo da incompreensão a partir de suas raízes, suas modalidades e seus efeitos, enfocando não os sintomas, mas suas causas.
- Desenvolver a ética do gênero humano, através da consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie.
- Propiciar flexibilidade e objetividade para que o estudante possa transitar entre diferentes áreas e ampliar a sua formação.
- Possibilitar a formação articulada entre graduação e pós-graduação.

Para concretizar, no processo educativo, os referenciais propostos, teremos de ir ao cerne da Ciência e da Educação, que é a capacidade de questionar e de, através do questionamento competente, intervir na realidade. O professor tem, como papel primeiro, recriar ou, preferentemente, produzir conhecimento e, em segundo lugar, orientar os alunos para que persigam e realizem o mesmo objetivo. Orientar significa agir como instância crítica e instigadora.

Para atingir esse objetivo, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa e extensão como procedimentos que mais fazem perguntas do que dão respostas. Entender que aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, mas sim estar envolvido na sua interpretação e produção. Partir da realidade para problematizar o conhecimento, envolvendo o professor e o aluno na tarefa de investigação que tem origem e/ou se destina à prática social e profissional. Isso significa dizer que a metodologia do “aprender a aprender” é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Tal metodologia deve levar a uma formação em que o aluno é sujeito ativo do processo de aprendizagem/ensino.

Ensinar valendo-se do espírito da pesquisa significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica, instrumentalizando o aluno a pensar e a ter independência intelectual, que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.

A dúvida e a problematização, que são motivadores essenciais da pesquisa, nascem da prática social. O que faz o homem produzir ciência e tecnologia são os desafios históricos que ocorrem nos diferentes espaços. Sem o contato e a aptidão de leitura da realidade social, não é possível dar direção à pesquisa, além do que a pesquisa só chega à sociedade como elemento de solução de seus problemas. O ciclo se completa com o direcionamento para a sociedade de profissionais instrumentalizados para solucionar os problemas por ela apontados. Assim se configura a desejada articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Neste sentido, a extensão deve ser encarada na perspectiva da produção do conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre a UFF e a sociedade. Mas, para isso, torna-se necessário ampliar, cada vez mais, os canais de interlocução com a sociedade, a fim de que a realidade social seja representada na sua totalidade. Cabe destacar, no entanto, que nem a Universidade deve se constituir em agência de prestação de serviços, pois isto não a orienta para a produção de conhecimento, nem é sua função substituir o Estado no atendimento às diferentes necessidades sociais.

A indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa, colocando o estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã, deve ser o fundamento da política de extensão na UFF.

Partindo deste pressuposto fundamental, as atividades de extensão devem:

Contribuir para a geração de impacto na formação dos estudantes ao proporcionar o contato direto com grandes questões contemporâneas;

Contribuir para a geração de impacto e transformações sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população;

Fortalecer o diálogo com a sociedade por meio de metodologias participativas que contemplem a articulação teoria/prática;

Incentivar ações interdisciplinares e interprofissionais combinando a formação com visão especialista e visão holística.

Utilizar, no cotidiano da relação professor-aluno, a atitude de ensinar valendo-se do espírito científico, requer a incorporação de metodologias e práticas que valorizem as experiências de auto-aprendizagem e trabalho cooperativo. Chama-se formação básica ao processo continuado e sempre atualizado de cultivo deste tipo de competência. Ele é essencialmente fundamentado no saber pensar, interpretar a realidade crítica e criativamente, para nela intervir como fator de mudança histórica. Desse modo, a pesquisa não se deve restringir à fabricação da ciência, mas ser parte integrante do processo educacional.

De forma geral, pode-se afirmar que o indivíduo possui habilidades intelectuais quando se mostra capaz de encontrar, em sua experiência prévia, informações e técnicas apropriadas à análise e solução de problemas novos. Isto exige do indivíduo uma análise e compreensão da

situação problema, uma bagagem de conhecimento ou métodos que possam ser utilizados e as condições para discernir as relações adequadas entre experiências prévias e a nova situação. As habilidades intelectuais são denominadas como pensamento crítico, pensamento reflexivo, capacidade para resolução de problemas. A obtenção destas habilidades leva à competência. Para atingi-la, faz-se necessário superar o mero treinamento através do estabelecimento da atualização permanente, teórica e prática.

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área do curso. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas disciplinas, e campos do saber, articulam-se em uma concorrência solidária, para a criação do sentido e do conhecimento.

O trabalho interdisciplinar e coletivo permitirá o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo. Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos, como a resolução de problemas, de modo global e abrangente.

Para atingir estes objetivos, recomenda-se facilitar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais. Estimular a criatividade, envolvendo a combinação entre o saber tradicional, ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de novas aproximações para a avaliação educacional. Estas colocarão à prova não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a crítica e a criatividade, incluindo-se a habilidade para o trabalho teórico-prático.

A partir dessas considerações, os Cursos de Graduação da UFF, ao partirem para a reformulação de suas estruturas curriculares deverão observar os seguintes parâmetros:

- Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Estimulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais através de processos interdisciplinares;
- Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando-se os estudantes para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional, sempre resultantes da evolução científica e tecnológica;
- Incorporação da pesquisa como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão;
- Orientação das atividades curriculares para a solução de problemas científicos e do contexto local;

- Considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada.

Ainda nesta perspectiva, impõe-se no plano operacional que a estrutura curricular a ser desenhada implique em:

- Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares. Incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual;
- Promover a discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados;
- Conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

5.2.5 Em direção a uma dinâmica curricular integrada

Para caminhar em direção a uma dinâmica curricular integradora, recomenda-se que a arquitetura curricular deva ser flexível o suficiente para orientar a prática pedagógica pelo princípio da interdisciplinaridade. Esta deverá ocorrer tanto entre as disciplinas quanto com as outras atividades que configurarão a formação e que até agora foram consideradas complementares ao ensino, tais como: estágio, monitoria, iniciação científica, iniciação à docência e extensão. Tais atividades deverão ser repensadas de modo que sejam reconstruídos seus limites, a fim de se integrarem plenamente ao processo formativo.

Reafirma-se a pesquisa como princípio formador, resgatando a noção de cientificidade de uma forma global e integradora da formação profissional, pela via da práxis, articuladamente à formação humana geral. Para potencializar a prática da pesquisa a estrutura curricular deverá ser reconcebida, de modo a antecipar a formação específica correspondente.

Assim, a Iniciação Científica deve contribuir para o desenvolvimento de formas de pensamento que assegurem a sua clareza e o seu poder crítico, construtivo e independente. Ela deve levar o aluno não só a observar a realidade, mas também a dialogar com ela e a agir sobre ela, através dos procedimentos que caracterizam o trabalho científico: o teste, a dúvida, o desafio que, por sua vez, desfazem a tendência meramente reprodutiva da aprendizagem.

De modo articulado, as novas estruturas curriculares devem possibilitar o engajamento dos alunos na busca de soluções para problemas sociais correspondentes a sua área de formação. Trata-se de dar concretude à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As novas estruturas curriculares deverão propiciar, desde o início do curso, o comprometimento ético com a solução de problemas sociais. Para tanto, deve-se dar suporte contínuo às práticas sociais como elemento integrante do processo formativo. Este compromisso social do estudante deve ser o ponto de partida e chegada para a formação.

Nesta perspectiva, todos os esforços serão envidados a fim de que a recepção do aluno seja marcada pelo compromisso social.

O princípio básico da formação profissional competente deve levar em consideração o contexto no qual o profissional deverá atuar, reconhecendo-se, deste modo, que ela não é universal, embora não possa prescindir do ensino e da experiência daqueles conhecimentos reconhecidos como integrantes do avanço científico da área em questão. Nesse processo, o Estágio deve assumir um lugar de destaque, através da interação com o campo de trabalho. As atividades de estágio devem ser capazes de propiciar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos, de forma supervisionada, em situações de prática profissional específica, o que significa dizer que o Estágio deverá proporcionar ao estudante a realimentação do processo aprendizagem-ensino e sua vinculação ao mundo do trabalho. Para assegurar a eficácia do processo a Universidade deverá acompanhá-lo sistematicamente, em todos os níveis, assegurando-lhe realmente sua função pedagógica, ao invés de considerá-lo simplesmente como uma exigência legal para a formação, dentro de certas áreas.

A Monitoria deverá compreender atividades que articulem o ensino, pesquisa e a extensão de forma indissociável. Isto quer dizer que ela inicia o aluno nas atividades de planejamento, organização e realização das situações didáticas, como forma inclusive de estimular a intervenção profissional. A concepção de seu planejamento deve ser repensada, de modo que se venha a superar a fragmentação hoje existente entre ensino, pesquisa e extensão. Seja articulando o ensino e a pesquisa ou ensino e a extensão, a monitoria deverá estar sempre orientada para a produção de conhecimento.

Ao assumir seu comprometimento social, a UFF também assume a responsabilidade de contribuir para a permanência dos que nela ingressam. Assim, os projetos de Apoio Social ao Estudante devem ser orientados academicamente para a formação correspondente, de modo a que se consolide no estudante o respeito por si mesmo. O apoio ao estudante deve considerar ações diversas, tanto sociais quanto acadêmicas, particularmente neste momento em que as Universidades públicas brasileiras democratizam o acesso de estudantes através de cotas ou ações afirmativas próprias.

A política de Recursos Humanos da Universidade deverá considerar o aluno como um dos seus elementos constitutivos. Trata-se de reconhecer que as normas aplicadas ao seu pessoal docente e técnico administrativo repercutem sobre o processo formativo através dos valores que estimula e dissemina, bem como implicam na produção de novas formas de relações entre os segmentos que compõem a instituição. Neste sentido, estas normas necessitam ser concebidas de modo sintonizado com o projeto pedagógico institucional.

A organização e a gestão da Universidade integram o processo formativo na sua plenitude. Neste sentido, reconhecem o aluno, o docente e o técnico-administrativo como agentes ativos e co-responsáveis pelas ações desenvolvidas. Para conseguir tal interação básica, a UFF deverá assegurar que as formas organizativas e de gestão sejam estruturadas democraticamente.

A UFF reconhece que o acesso à educação superior pública é um direito de todos os brasileiros e, portanto, envidará esforços a fim de ampliar o número de vagas oferecidas, bem como preencher eventuais vagas geradas

durante o processo educacional, ampliando as possibilidades de acesso aos mais amplos setores da população. Os procedimentos a serem adotados para democratizar o acesso, inclusive em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, deverão visar à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, coerentemente com os princípios expressos neste documento. Para tanto, a UFF deverá aprofundar a interação com outros níveis de ensino, através das secretarias municipais e estaduais de educação, conselhos estaduais e municipais e representantes das escolas, visando promover a participação da sociedade no estabelecimento de diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

A formação na Licenciatura será concebida na perspectiva de educador-pesquisador, para atuar na escola e nos espaços alternativos educacionais. Sua formação terá a pesquisa educacional como princípio embasador e implicará em uma sólida formação nas atividades curriculares, nos conhecimentos específicos a serem ensinados no ensino médio e fundamental. Estes conhecimentos deverão estar contemplados organicamente no bacharelado e na licenciatura, articulados à fundamentação histórico-filosófica e sócio-cultural que contribua para a humanização/cientificização de um profissional comprometido com a qualidade de vida da sociedade brasileira. A prática pedagógica deve ser desenvolvida com a conotação de uma prática articulada à pesquisa, a fim de que o aluno vivencie as realidades educacionais. Esta prática deverá pautar-se em vivências reflexivas críticas da gestão e da organização escolar, da dinâmica de sala de aula, da análise curricular e dos processos avaliativos.

Os Cursos Sequenciais, se implementados, terão, explicitamente, um caráter de formação complementar ou de educação continuada. Reitera-se, assim, a concepção da graduação como etapa de formação inicial do profissional de nível superior. Na medida, portanto, em que eles não assumem um caráter terminal não será atribuído diploma para esta formação.

A Educação a Distância (EAD) deverá ser compreendida como uma modalidade educacional a ser oferecida pela UFF, através da qual se converte a experiência educacional da Instituição, em conhecimento disponibilizado através de meios e tecnologias de informação e comunicação, tanto como disciplinas para o ensino presencial, como através do oferecimento de novos cursos.

O desenvolvimento progressivo desta modalidade poderá permitir novas ações de ensino no campo semi-presencial e a distância. As diretrizes político-pedagógicas que a orientam são as mesmas que direcionam todo o processo educativo na Universidade.

O aluno – presencial ou a distância – é sempre compreendido como um agente da construção do próprio conhecimento, participante ativo de um processo organizado, sistêmico, onde uma instituição oferece a ele os instrumentos de mediação, os recursos de uma tutoria de processo, acesso, apropriação de conteúdos e o gerenciamento do percurso para que se desenvolva conhecimentos determinados. Para sua implementação, deverão ser

planejadas, em equipes interdisciplinares, ações pedagógicas que considerem especialmente as necessidades de aprendizagem decorrentes de demandas e características regionais.

A avaliação da educação construída pela UFF tem como característica fundamental ser uma ponte efetiva entre a universidade e a realidade social. Assim, os processos avaliativos da educação oferecida pela UFF devem gerar estímulo, para a mudança e para transformações na direção de uma educação comprometida com as necessidades sociais e com o desenvolvimento pleno do ser humano. Sua implementação tomará como referência o PPI e os Projetos Pedagógicos dos cursos correspondentes.

Compreende-se que a realização de um projeto desta natureza exige, em muitos dos seus aspectos, além do comprometimento coletivo, a viabilização de condições materiais, bem como o desenvolvimento dos recursos humanos necessários. Ao construí-lo, no entanto, considerou-se que um Projeto Pedagógico consistente não pode ficar à mercê dos recursos hoje disponíveis. À comunidade universitária caberá dar-lhe consecução com os recursos disponíveis no momento, ao mesmo tempo em que deverá buscar soluções para otimizar sua implementação. Mas a busca por recursos deve ser incorporada como prática capaz de viabilizar ações de ensino, pesquisa e extensão, e conseqüente desdobramento para a melhoria na formação profissional.

Com esta perspectiva, recomenda-se que os órgãos de administração acadêmica e as instâncias deliberativas da instituição promovam ações visando a:

- Compatibilizar o estatuto e demais documentos institucionais com os princípios e diretrizes do PPI.
- Incentivar o conhecimento e a discussão, por parte da comunidade universitária e da sociedade local, do PPI proposto.
- Incentivar a revisão periódica de todos os Projetos Pedagógicos de Curso, a fim de se adequarem progressivamente, ao Projeto Institucional.
- Incentivar a discussão coletiva (âmbito departamental e coordenações de curso) de todos os programas e conteúdos curriculares.
- Promover a unificação de normas e critérios para concessão de bolsas acadêmicas.
- Acompanhar de forma rigorosa e sistemática os estágios, de modo a garantir sua efetiva contribuição para a formação profissional.
- Estimular a qualificação permanente de todos os docentes.
- Modernizar a estrutura do sistema de Bibliotecas e manter sempre atualizado o acervo.

6. Implantação e desenvolvimento dos cursos de graduação

A implantação de novos cursos na sede e fora da sede foi realizada no âmbito do projeto REUNI e do PDI 2008-2012. Atualmente, as iniciativas de criação de novos cursos, quando surgem, têm origem nos departamentos e são discutidas individualmente na Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), a pertinência de serem criados. A Tabela 05 apresenta o

planejamento de vagas por curso, nos dois últimos anos.

Tabela 05: Número de vagas por cursos de graduação em 2011 e em 2012

N. Ord	Nome do Curso	Cidade	2011 Final	2012 Final
1	Ciência Política	Angra	0	40
2	Geografia	Angra	0	40
3	Pedagogia	Angra	120	82
4	Ciências Econômicas	Campos	120	125
5	Ciências Sociais (B)	Campos	120	125
6	Geografia (L ou B)	Campos	120	125
7	História	Campos	120	125
8	Psicologia	Campos	120	125
9	Serviço Social	Campos	100	120
10	Administração	Itaperuna	50	50
11	Administração	Macaé	50	50
12	Ciências Contábeis	Macaé	50	50
13	Direito	Macaé	120	140
14	Ciências Contábeis	Miracema	50	50
15	Administração	Niterói	110	125
16	Administração Pública	Niterói	0	55
17	Antropologia	Niterói	60	62
18	Arquitetura e Urbanismo	Niterói	72	74
19	Arquivologia	Niterói	70	80
20	Artes	Niterói	0	42
21	Bacharelado Hotelaria	Niterói	40	50
22	Biblioteconomia e Documentação	Niterói	70	80
23	Biomedicina	Niterói	50	62

24	Ciência Ambiental	Niterói	34	48
25	Ciência da Computação	Niterói	100	142
26	Ciências Atuariais	Niterói	100	100
27	Ciências Biológicas	Niterói	100	120
28	Ciências Contábeis	Niterói	110	125
29	Ciências Econômicas	Niterói	200	202
30	Ciências Sociais	Niterói	100	102
31	Cinema e Audiovisual	Niterói	65	72
32	Comunicação Social - Jornalismo	Niterói	50	52
33	Comunicação Social - Publ e Propag	Niterói	50	52
34	Controladoria	Niterói	0	55
35	Desenho Industrial	Niterói	30	55
36	Direito	Niterói	360	366
37	Educação Física	Niterói	60	62
38	Enfermagem	Niterói	110	112
39	Eng.de Rec. Hídricos e do Meio Ambiente	Niterói	90	95
40	Engenharia Agrícola	Niterói	90	95
41	Engenharia Civil	Niterói	90	95
42	Engenharia de Petróleo	Niterói	40	45
43	Engenharia de Produção	Niterói	90	95
44	Engenharia de Telecomunicações	Niterói	90	95
45	Engenharia Elétrica	Niterói	80	85
46	Engenharia Mecânica	Niterói	90	95
47	Engenharia Química	Niterói	90	95
48	Estatística	Niterói	80	86
49	Estudos de Mídia	Niterói	60	62
50	Farmácia	Niterói	120	132

51	Filosofia	Niterói	110	112
52	Física (B)	Niterói	48	50
53	Física (L)	Niterói	48	50
54	Física (L) noturno	Niterói	48	60
55	Geofísica	Niterói	40	42
56	Geografia	Niterói	100	107
57	História	Niterói	200	204
58	Letras	Niterói	260	287
59	Licenciatura em Cinema	Niterói	0	22
60	Matemática (L ou B)	Niterói	90	114
61	Matemática (L)	Niterói	70	74
62	Medicina	Niterói	180	180
63	Medicina Veterinária	Niterói	120	142
64	Nutrição	Niterói	80	82
65	Odontologia	Niterói	86	90
66	Pedagogia	Niterói	160	160
67	Produção Cultural	Niterói	70	72
68	Psicologia	Niterói	97	102
69	Química (L ou B)	Niterói	45	47
70	Química (L)	Niterói	30	32
71	Química Industrial	Niterói	45	47
72	Relações Internacionais	Niterói	110	112
73	Segurança Pública	Niterói	0	120
74	Serviço Social	Niterói	220	222
75	Sistemas de Informação	Niterói	100	122
76	Sociologia	Niterói	55	112
77	Turismo	Niterói	105	130

78	Biomedicina	Friburgo	25	30
79	Fonoaudiologia	Friburgo	30	35
80	Odontologia	Friburgo	120	121
81	Ciência da Computação	Pádua	40	87
82	Engenharia de Produção	Pádua	0	90
83	Física	Pádua	70	87
84	Licenciatura em Ciências	Pádua	40	87
85	Matemática (B)	Pádua	40	50
86	Matemática (L)	Pádua	40	95
87	Pedagogia	Pádua	80	135
88	Ciência da Computação	Rio das Ostras	70	70
89	Enfermagem	Rio das Ostras	60	60
90	Engenharia de Produção	Rio das Ostras	70	70
91	Produção Cultural	Rio das Ostras	70	70
92	Psicologia	Rio das Ostras	80	80
93	Serviço Social	Rio das Ostras	70	70
94	Administração	Volta Redonda	120	122
95	Administração Pública	Volta Redonda	40	42
96	Ciências Contábeis	Volta Redonda	120	122
97	Direito	Volta Redonda	80	82
98	Engenharia de Agronegócios	Volta Redonda	80	88
99	Engenharia de Produção	Volta Redonda	80	88
100	Engenharia Mecânica	Volta Redonda	80	88
101	Engenharia Metalúrgica	Volta Redonda	80	88
102	Física (B)	Volta Redonda	85	142
103	Matemática (B)	Volta Redonda	85	142
104	Psicologia	Volta Redonda	40	82

105	Química (B)	Volta Redonda	80	62
106	Química (L)	Volta Redonda	80	62
	Total		8563	9958

7. Organização didático-pedagógica

Os cursos de graduação da UFF estabelecem sua organização didático–pedagógica de acordo com orientações emanadas das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do MEC, traduzindo em cada Projeto Pedagógico a sua estrutura e sua dinâmica.

O número de turmas de cada período é indicado pelo coordenador de curso em comum acordo com a chefia dos Departamentos de Ensino, levando em consideração as possibilidades de atendimento da demanda e o número de ingressantes através das modalidades: Vestibular (atualmente SESU e ENEM), Transferências (por Lei e Facultativa), Mudanças de Curso, Reingresso, Programa Convênio Cultural - PEC-G, além dos estudantes já matriculados a mais de um semestre letivo.

Os turnos são determinados no momento da criação do curso, podendo ser oferecidos nos períodos: matutino, vespertino, noturno e integral. Há também os cursos e disciplinas que são realizados na modalidade à distância ou semipresenciais que se caracterizam pelo oferecimento de estudos dentro de uma inovação tecnológica, propiciando uma grade de estudos através de Pólos de Ensino, que visa atender a necessidades específicas e oferecer aos alunos a oportunidade de ingressar na graduação superior, cujas sedes (Instituições) estão distantes da sua residência.

Os Projetos Pedagógicos e suas matrizes curriculares obedecem as orientações previstas (DCN) e de acordo com a natureza do curso, estabelecem em sua estrutura disciplinas/atividades práticas e Estágios, sendo este segundo disciplinado por Legislação Específica e regulamentado em cada Colegiado de curso.

Quanto ao desenvolvimento de materiais pedagógicos, não existe uma política institucional voltada para este fim, sendo de início eles elaborados por iniciativas individuais de docentes, departamentos, coordenações que julgam a pertinência de elaborá-los. Neste contexto, existem diversas iniciativas não registradas ou organizadas em banco comum de dados.

8. Política de pessoal

8.1 Pessoal docente

8.1.1 Perfil do pessoal docente

A Universidade Federal Fluminense (UFF), em uma política acadêmica contundente vislumbra, em curto prazo de tempo, aumentar sobremaneira a qualificação e a titulação do seu corpo docente.

Atualmente a UFF já conta com mais de 70% do seu quadro permanente formado por professores doutores, em praticamente todas as áreas do conhecimento, que atuam nas suas 32 unidades acadêmicas situadas em várias cidades do estado do Rio de Janeiro. Depois da entrada da UFF no REUNI e das recentes políticas de contratação de docentes do MEC, aproximadamente um terço dos docentes da UFF se encontram em estágio probatório. A UFF possui em seu quadro permanente 37 professores de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT).

Apresentamos na Tabela 06 um resumo do quantitativo por classes e por titulação dos docentes do ensino superior do quadro permanente da UFF.

Tabela 06: Corpo Docente do Ensino Superior do Quadro Permanente

Titulação	Titulares	Associados	Adjuntos	Assistentes	Auxiliares	Total	%
Doutores	105	718	1.258	9	0	2090	70,6
Mestres	6	0	294	401	0	701	23,7
Especialistas	0	0	63	18	22	103	3,5
Graduados	0	0	36	14	16	66	2,2
Total	111	718	1.651	442	38	2.960	100

Dados extraídos da CPD/PROGEPE em agosto de 2012

8.1.2 Requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica:

O Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) da UFF, a partir de outubro de 2011, se posicionou no sentido de que todos os concursos públicos de docentes, para professores do quadro permanente, sejam para a classe de Professor Adjunto, ou seja, é exigido doutorado aos postulantes aos certames para futuros professores da Universidade.

Esse posicionamento prevê, entretanto, que pedidos dos Departamentos de Ensino para concursos para Professores Assistentes e/ou para Professores Auxiliares do quadro

permanente, sejam inicialmente feitos na classe de Professor Adjunto, e caso não haja candidato inscrito, ou não haja candidato aprovado o concurso possa ser realizado - embora esse pedido tenha que ser novamente analisado pelo CEP – e ser reaberto na classe imediatamente inferior. Para que essa alteração de classe de docente ocorra, o Departamento de Ensino deverá apresentar documentação que ateste a necessidade da premência em se refazer esse concurso, e que realmente há dificuldade no perfil docente inicialmente desejado por aquele órgão, pela Unidade de Ensino ou Polo.

Há áreas do conhecimento em que a experiência no magistério superior e a experiência profissional não-acadêmica são almejadas, o que ocorre em certos Departamentos de Ensino, e em algumas Unidades Acadêmicas, embora essas exigências não sejam uma condição necessária, ou um item norteador fundamental da política acadêmica da UFF em relação ao seu corpo docente.

8.1.3 Critérios de seleção e de contratação

A Coordenação de Pessoal Docente (CPD) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) coordena o setor responsável pelo gerenciamento (organização, planejamento e execução) - a partir das demandas acadêmicas departamentais e do polos universitários - da seleção, por meio de concursos públicos dos docentes substitutos, temporários e permanentes que ingressam na UFF.

Sendo assim, o setor assume uma postura de organização e criação de métodos adequados e eficazes, fundamentados na legislação vigente, vislumbrando evitar problemas judiciais que possam impugnar os concursos realizados, trazendo prejuízos financeiros e operacionais para a UFF. Há de se destacar que a não realização dos concursos com agilidade e de forma correta e organizada pode resultar na perda de candidatos de alta qualificação, com o conseqüente comprometimento da importância da UFF no cenário acadêmico nacional.

No que se refere aos concursos públicos são obedecidos os seguintes procedimentos: encaminhamento dos pedidos de abertura ao Conselho de Ensino e Pesquisa para pronunciamento; elaboração, divulgação de editais (abertura de concurso, homologação de resultados e nomeação dos aprovados) e acolhimento aos novos docentes do quadro permanente da UFF.

A proposta de organização propõe ainda a viabilização da política governamental de aumento de vagas nas diferentes áreas de conhecimento e interiorização dos cursos, no âmbito da UFF, em vista da demanda surgida com o novo cenário geopolítico, no Estado do Rio de Janeiro.

A CPD é responsável pela administração gerencial dos concursos públicos e processos seletivos para docentes da UFF, estando também sob sua égide os processos de remoção e de redistribuição dos professores.

Na Tabela 07 apresentamos os quantitativos de concursos efetivamente realizados de 2008 até o presente momento.

Tabela 07: Quadro de Docentes Nomeados (2008-2012)

Ano	Reuni	Professor Equivalente	Total
2008	7	80	87
2009	184	247	431
2010	326	120	446
2011/2012	0 (faltam 148)*	260	260
Total	517	707	1224

Dados extraídos da CPD/PROGEPE em agosto de 2012

Observações:

1. Todas as vagas REUNI foram utilizadas pela UFF nos concursos públicos para o quadro permanente, com exceção das vagas destinadas ao ano de 2011/2012.
2. Para suprir as vagas REUNI correspondentes ao exercício de 2011/2012 não distribuídas, o MEC autorizou a realização de seleções simplificadas para contratações temporárias.
3. Há ainda 18 outros concursos para professor do quadro permanente em andamento (Banco de Professor Equivalente).

A UFF dispõe ainda de autorização para contratação de 10 professores visitantes.

8.1.4 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

Atualmente os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro permanente são realizados de maneira quase que automática. Vacâncias - provenientes de falecimento, exonerações ou de aposentadoria de docentes - podem ser solicitadas pelos Departamentos de Ensino, com a maior brevidade possível, e os concursos públicos relativos àquelas vacâncias são imediatamente recebidos e catalogados pela CPD e são programados para serem colocados em um dos três grandes editais que a UFF realiza anualmente.

O Decreto nº 7.485, de 18/05/2011 regulamentou a admissão de professor substituto em conformidade com o disposto no inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993, para suprir os afastamentos e licenças dos professores do quadro permanente.

De acordo com o citado Decreto a contratação de professores substitutos é facultado às universidades federais para suprir os seguintes afastamentos e licenças:

- Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge;
- Licença para o Serviço Militar;
- Licença para Tratar de Interesses Particulares;
- Licença para o Desempenho de Mandato Classista;
- Licença para Tratamento de Saúde, quando superior a sessenta dias;
- Licença à Gestante.
- Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade;
- Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo;
- Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior;
- Afastamento para servir em Organismo Internacional;
- Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no País;

8.1.5 O regime de trabalho

Os regimes de trabalho de docentes da UFF são de 20h, e de 40h com Dedicção Exclusiva, e o regime excepcional de 40h. Muitos Departamentos de Ensino da UFF, dependendo da área de atuação do docente naquele órgão, já explicitam, ao abrir o seu edital de concurso que realizará, um dos tipos de regime supracitados, e o que espera do professor e da área de conhecimento pertinente.

Há, atualmente na UFF um percentual aproximado, em relação ao regime de trabalho do seu quadro docente, no qual 80% é formado por professores 40hDE, 15% por professores 20h e 5% por professores 40h.

8.1.6 A existência de plano de carreira

O Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE estabelecido pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 dispõe sobre a carreira docente.

A Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006 dispôs sobre a reestruturação da carreira de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus.

Para a carreira de Magistério de Ensino Superior estabeleceu:

“Art. 4º A Carreira de Magistério Superior, pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a [Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987](#), fica reestruturada, a partir de 1º de maio de 2006, na forma do Anexo III, em cinco classes:

- I- Professor Titular;
- II-Professor Associado;
- III-Professor Adjunto;
- IV- Professor Assistente; e
- V- Professor Auxiliar.

Art. 5º São requisitos mínimos para a progressão para a classe de Professor Associado, observado o disposto em regulamento:

- I- estar há, no mínimo, dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto;
- II- possuir o título de Doutor ou Livre-Docente; e
- III- ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho acadêmico a que se refere o inciso III será realizada no âmbito de cada instituição federal de ensino por banca examinadora constituída especialmente para este fim, observados os critérios gerais estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 6º Os valores de vencimento básico da Carreira do Magistério Superior passam a ser os constantes do Anexo IV-A a esta Lei, produzindo efeitos financeiros nas datas nele especificadas. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 568, de 2012](#))

Art. 7º A partir de 1º de fevereiro de 2009, fica instituída a Retribuição por Titulação - RT, devida ao docente integrante da Carreira do Magistério Superior em conformidade com a classe, nível e titulação comprovada, nos termos do Anexo V-A desta Lei. ([Incluído pela Lei nº 11,784, de 2008](#))

§ 1º A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, desde que o certificado ou o título tenha sido obtido anteriormente à data da inativação. [\(Incluído pela Lei nº 11,784, de 2008\)](#)

§ 2º Os valores referentes à RT não serão percebidos cumulativamente. [\(Incluído pela Lei nº 11,784, de 2008\)](#)”.

Para a carreira do Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus estabeleceu:

Art. 11 A Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei no 7.596, de 1987, fica estruturada, a partir de 1º de fevereiro de 2006, na forma do Anexo VI desta Lei, em seis Classes:

I - Classe A;

II - Classe B;

III - Classe C;

IV - Classe D;

V - Classe E; e

VI - Classe Especial.

Parágrafo único. Cada Classe compreende 4 (quatro) níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a Classe Especial, que possui um só nível.

Art. 12 O ingresso na Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus far-se-á no nível inicial das Classes C, D ou E, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no nível 1 dessas Classes.

§ 1º Para investidura no cargo da carreira de que trata o caput deste artigo exigir-se-á:

I - habilitação específica obtida em Licenciatura Plena ou habilitação legal equivalente, para ingresso na Classe C;

II - curso de Especialização, para ingresso na Classe D;

III - grau de Mestre, ou título de Doutor, para ingresso na Classe E.

§ 2º A instituição poderá prescindir da observância do pré-requisito previsto no inciso III do § 1º deste artigo em relação a áreas de conhecimento cuja excepcionalidade seja reconhecida pelo Conselho Superior competente da instituição federal de ensino.

Art. 13 A progressão na Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus ocorrerá, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos de portaria expedida pelo Ministro de Estado da Educação:

I - de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma Classe;
ou

II - de uma para outra Classe.

§ 1º A progressão de que trata o inciso I do caput deste artigo será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de 2 (dois) anos no respectivo nível, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de 4 (quatro) anos de atividade em órgão público.

§ 2º A progressão prevista no inciso II do caput deste artigo far-se-á, independentemente do interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há 2 (dois) anos no nível 4 da respectiva Classe ou com interstício de 4 (quatro) anos de atividade em órgão público, exceto para a Classe Especial.

§ 3º A progressão dos professores pertencentes à Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus para a Classe Especial ocorrerá mediante avaliação de desempenho daqueles que estejam posicionados no nível 4 da Classe E e que possuam o mínimo de:

I - 8 (oito) anos de efetivo exercício de Magistério em instituição de ensino federal ou dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, quando portadores de título de Mestre ou Doutor;

II - 15 (quinze) anos de efetivo exercício de Magistério em instituição de ensino federal ou dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, quando portadores de diploma de Especialização, Aperfeiçoamento ou Graduação.

Art. 14 A progressão funcional para a Classe Especial dos servidores que possuam titulação acadêmica inferior à de graduação e estejam posicionados no nível 4 da Classe E poderá ocorrer se:

- I - tiverem ingressado na carreira de Magistério de 1º e 2º Graus até a data de publicação desta Lei; e
- II - possuírem o mínimo de 15 (quinze) anos de efetivo exercício de Magistério em instituição de ensino federal ou dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Art. 15 Os atuais ocupantes de cargos da Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério de 1o e 2o Graus, de que trata a Lei no 7.596, de 1987, passam a compor a Classe Especial.

Parágrafo único. Os que se aposentaram na condição de que trata o caput deste artigo e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava naquela condição fazem jus às vantagens relativas à Classe Especial.

8.2 Perfil de servidores técnico-administrativos

A Coordenação de Pessoal Técnico-Administrativo (CPTA) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) é responsável pelo gerenciamento (organização, planejamento e execução) das políticas de gestão de pessoas voltadas ao corpo técnico-administrativo, com base nos conceitos que permeiam e norteiam essa temática e na legislação pertinente, notadamente o plano de carreira que abriga esse contingente de profissionais.

Espera-se, a partir de suas ações e dos resultados obtidos, contribuir para a definição de políticas cada vez mais adequadas às necessidades individuais e institucionais, viabilizando o cumprimento da missão da UFF e o alcance do nível de excelência desejável para o atendimento às demandas da sociedade.

A Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Foi precedida pela Lei nº 7.596 que instituía o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE, que regeu a vida funcional dos servidores das IFE, de 10 de abril de 1987 até a entrada em vigor do PCCTAE, em 20 de janeiro de 2005. Os servidores da UFF à época de sua implantação, puderam optar pela sua adesão ou não, tendo o PCCTAE obtido cerca de 95% de adesão (MATTA, 2010).

A importância desta Lei manifesta-se enquanto um instrumento que pode exigir, facilitar e estimular:

1. Uma gestão de pessoal articulada com o planejamento;
2. O desenvolvimento pessoal a partir das necessidades institucionais;
3. A democratização das relações de trabalho;
4. A construção da identidade do servidor;
5. A permanente adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais, e
6. O reconhecimento do cidadão usuário como titular de direitos e como sujeito na avaliação dos serviços prestados (MATTA, 2010).

8.2.1 A Estruturação do PCCTAE

8.2.1.1 Nível de Classificação

A estrutura da carreira apresenta 05 (cinco) Níveis de Classificações (NCI), que abrigam conjuntos de cargos, distribuídos hierarquicamente, de acordo com suas classificações. Essas classificações basearam-se no somatório de pesos dados aos seguintes requisitos: escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

Apresentamos na Tabela 08 exemplos de utilização dos requisitos citados acima utilizados para hierarquização dos cargos nos Níveis de Classificação e considerados como requisitos para ingresso ao cargo

Tabela 08: Hierarquização dos cargos nos níveis de classificação

Níveis de Classificação	A	B	C	D	E
Critério de Classificação dos Cargos	* Alfabetizado * Fundamental Incompleto	* Fundamental Incompleto + Experiência de 12 meses; * Fundamental Completo; * Fundamental Completo + Experiência de 06 meses; * Fundamental completo +	* Fundamental Incompleto + Experiência de 18 meses + Responsabilidade Alta + Risco Alto + Esforço Físico Alto * Fundamental Completo + Experiência de 06 meses + Risco Alto +	* Médio completo + dois outros critérios com peso considerado Alto; * Médio Completo + Experiência de 6 meses; * Médio Completo + Experiência de 12	* Lei específica: Ensino Médio Completo, especialização na área e Carta de Padrão de Alto Mar (Comandante de Navio e outros cargos do Ambiente Org. Marítimo); * Curso Superior;

		Habilitação (p/a cargos do Amb. Org. Marítimo)	Responsabilidade Alta + Esforço Físico Alto; *Fundamental Completo + Experiências de 12 meses; * Médio Completo.	meses; * Médio Completo + Experiência de 24 meses; * Médio Completo + Profissionalizante ; * Médio Profissionalizante ; * Médio completo + conhecimento específico; * Médio completo + Curso Técnico	* Curso Superior na área; Curso Superior + Especialização.
--	--	--	--	---	---

Fonte: Matta, 2010

8.2.1.2 Níveis de Capacitação

São quatro os Níveis de Capacitação (NC) em cada Nível de Classificação. O servidor quando ingressa é posicionado no Nível de Capacitação inicial, o NC/I, do Nível de Classificação onde está posicionado o seu cargo. Exemplo: O cargo de Técnico de Enfermagem está posicionado no Nível de Classificação “D”. Logo, o servidor quando ingressa neste cargo é posicionado no “D – I” (Nível de Capacitação “I”). O cargo de Enfermeiro está posicionado no Nível de Classificação “E”. Neste caso, o servidor ao ingressar será posicionado no “E-I” (MATTA, 2010).

Tabela 09: Níveis de capacitação em cada nível de classificação

Níveis de Classificação	A				B				C				D				E			
Níveis de Capacitação	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV

Fonte: Adaptação da Lei nº 11.091, de 12/01/05.

8.2.1.3 Desenvolvimento na carreira

Como desenvolvimento profissional, a lei prevê duas formas de desenvolvimento: mudança de Nível de Capacitação, através da Progressão por Capacitação Profissional e a mudança de Padrão de Vencimento, através da Progressão por Mérito Profissional.

A mudança de Nível de Capacitação ocorre durante o desenvolvimento do servidor na Carreira, através da solicitação a ser feita pelo servidor, de Progressão por Capacitação, na qual deverá preencher os seguintes requisitos:

- O curso deverá ter sido concluído em data posterior ao seu ingresso na instituição;
- A data de autuação do processo deverá respeitar o interstício de 18 meses, após ingresso ou última progressão por capacitação recebida;
- O curso deverá possuir relação direta com o cargo ocupado e o ambiente organizacional na qual o servidor encontra-se em exercício, e
- O curso deverá atender o previsto no Programa de Capacitação da instituição daquele exercício.
- É vedada a soma de cargas horárias de diferentes cursos.

O servidor será posicionado no Nível de Capacitação correspondente à carga horária total do curso, respeitada a correlação da Tabela 09 contida no Anexo da Lei, que define as cargas horárias por Níveis de Classificações (MATTA, 2010).

Tabela 10: Progressão por Capacitação Profissional

Nível de Classificação	Nível de Capacitação	Carga Horária de Capacitação
A	I	Exigência mínima do cargo
A	II	20 horas
A	III	40 horas
A	IV	60 horas
B	I	Exigência mínima do cargo
B	II	40 horas
B	III	60 horas
B	IV	90 horas
C	I	Exigência mínima do cargo
C	II	60 horas
C	III	90 horas

C	IV	120 horas
D	I	Exigência mínima do cargo
D	II	90 horas
D	III	120 horas
D	IV	150 horas
E	I	Exigência mínima do cargo
E	II	120 horas
E	III	150 horas
E	IV	+ de 180 horas

Fonte: Lei nº 11.091, 12/01/05 – Anexo III

Atualmente, segundo Tabela 10, o corpo técnico-administrativo em educação da UFF tem aproximadamente 70% nível superior, deste, quase 10% com mestrado/doutorado

Tabela 11: Escolaridade dos servidores técnico- administrativos

Escolaridade	Total	Percentual
Ensino Fundamental Incompleto	224	5,45%
Ensino Fundamental Completo	207	5,04%
Ensino Médio	886	21,58%
Ensino Superior	1223	29,80%
Especialização	1200	29,23%
Mestrado	322	7,84%
Doutorado	42	1,02%

Dados fornecidos pelo STI (2010/2011)

Em relação ao nível de capacitação, dos 4.104 técnico-administrativos da UFF, 2.849, ou seja, quase 70% encontram-se no nível IV de classificação, como pode ser observado nas Tabelas a seguir.

Tabela 12: Servidores Nível de Classificação A

Nível de Capacitação	
Não fazem parte do PCCTAE	03
I	12
II	1
III	0
IV	54

Tabela 13: Servidores Nível de Classificação B

Nível de Capacitação	
Não fazem parte do PCCTAE	05
I	23
II	04
III	01
IV	149

Tabela 14: Servidores Nível de Classificação C

Nível de Capacitação	
Não fazem parte do PCCTAE	07
I	99
II	05
III	12
IV	584

Tabela 15: Servidores Nível de Classificação D

Nível de Capacitação	
Não fazem parte do PCCTAE	00
I	424
II	10
III	47
IV	1133

Tabela 16: Servidores Nível de Classificação E

Nível de Capacitação	
Não fazem parte do PCCTAE	00
I	426
II	16
III	25
IV	959

A mudança de Padrão de Vencimento, do mesmo modo, ocorre durante o desenvolvimento do servidor na carreira, por meio de Progressão por Mérito Profissional, a cada 18 meses de efetivo exercício, em consequência dos resultados obtidos pelo servidor em suas Avaliações de Desempenho, uma vez atendidas as exigências estabelecidas em regulamentação interna e legislação vigente.

Ressaltamos tratar-se a Avaliação de Desempenho de processo pedagógico-administrativo através do qual a aptidão e capacidade do servidor para o desempenho do cargo são observadas, sendo aplicada a todos os servidores técnico-administrativos, bem como aos gestores, independentemente do cargo ocupado na instituição, conforme estabelecido pelo Programa de Gestão de Desempenho para os Servidores Técnico-Administrativos, que se encontra em fase de reformulação, de modo a contemplar, entre outros aspectos, o modelo de gestão por competências.

Na UFF, a avaliação tem sido precedida de Plano de Trabalho, preliminarmente instituído aos servidores em Estágio Probatório, e a concessão da progressão é formalizada através de Portaria do Magnífico Reitor, devidamente publicada em Boletim de Serviço, com vigência compatível com o interstício do servidor.

8.2.1.4 Seleção e Contratação

O processo de recrutamento e seleção dos servidores técnico-administrativos que ingressam na UFF ocorre por meio de concursos públicos, nos termos da Constituição Federal e demais dispositivos legais pertinentes, notadamente, a Lei 8.112/1990. Os critérios de seleção são devidamente publicados em editais, sendo a distribuição dos novos servidores baseada em levantamento de perfil.

Além disto, para a administração da distribuição do quadro de pessoal da Universidade, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Levantamento do perfil da força de trabalho técnico-administrativa, através de realização individual de pesquisa contemplando informações de caráter funcional e pessoal, com geração de dados apurados por meio de metodologia aplicada por profissionais da área de engenharia de produção. A apuração destes dados deverá subsidiar o dimensionamento da força de trabalho técnico-administrativa, assim como as políticas de gestão de pessoas da UFF balizadas pelo modelo de gestão por competências.
- Acompanhamento técnico da distribuição das vagas dos cargos técnico-administrativos, dando fundamento às ações da área voltadas ao acolhimento dos novos servidores e à movimentação interna e externa de pessoal, buscando aliar o perfil individual às demandas institucionais, preservada a legislação federal vigente.

Referências

- EMC nº 19;
- Lei 8.112/1990;
- Lei 11.091/2005;
- Dec. 5.707/2006;
- Dec. 5825/2006;
- Portaria nº 33.059/2006, que estabelece o Programa de Gestão de Desempenho – PGD, para servidores Técnico-Administrativos da UFF – em fase de revisão;
- Lei nº 11.784/2008;
- Norma de Serviço/UFF nº 623/2011, destinada a servidores em Estágio Probatório;
- Instrução de Serviço/Progepe nº 001/2012, destinada a servidores em Estágio Probatório;
- MATTA, Cenira Soares. *Carreira nas Universidades Federais. In Curso de Capacitação em Gestão Pública. Módulo V. Gestão de Recursos Humanos, 2010.*

9. Instâncias decisórias e Estrutura Organizacional

9.1 Órgãos deliberativos

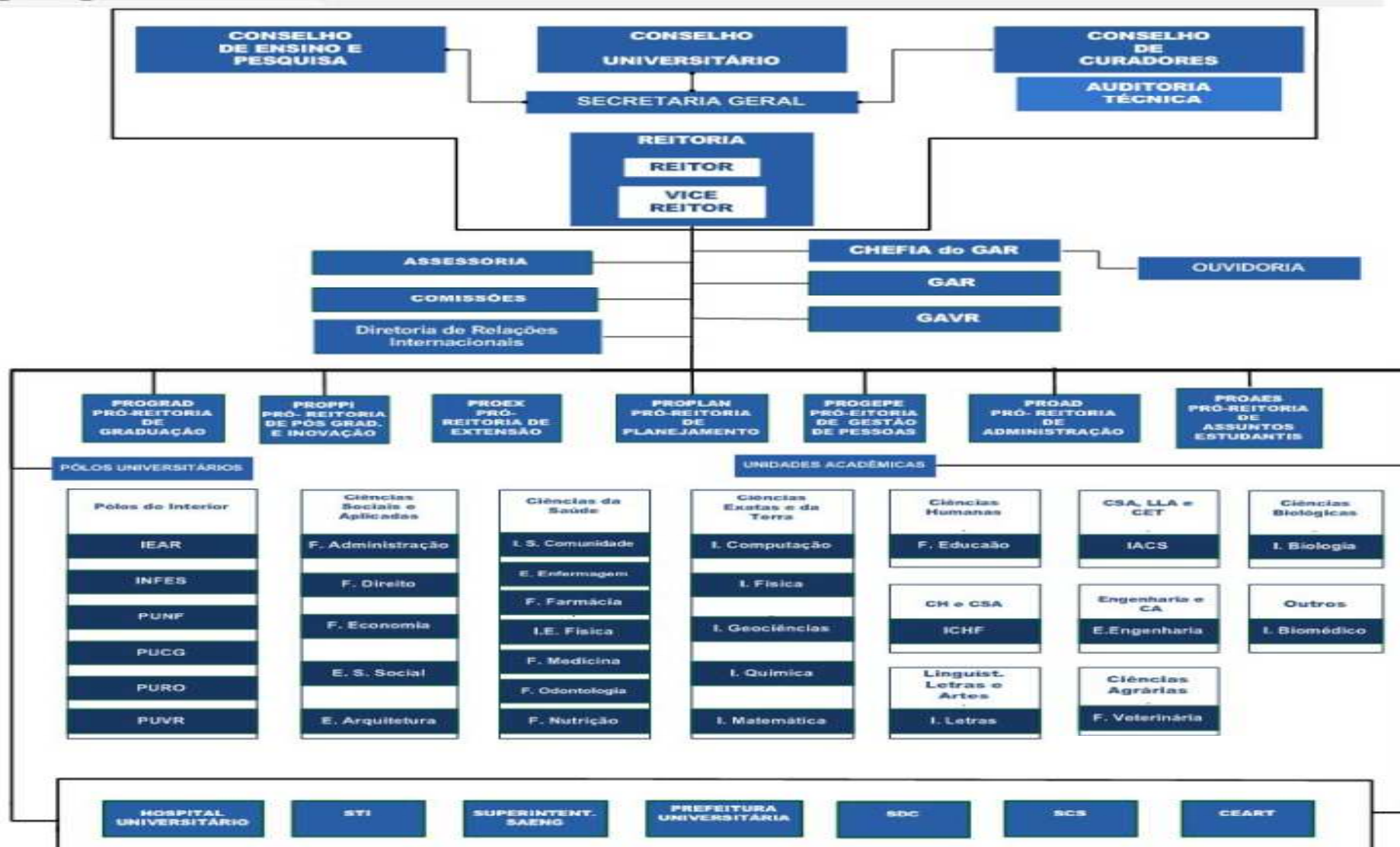
A Administração Superior da UFF possui como órgãos deliberativos o Conselho Universitário (CUV) e o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP); como órgão fiscalizador econômico-financeiro o Conselho de Curadores (CUR) e como órgão executivo a Reitoria.

O Conselho Universitário é o órgão supremo de deliberação coletiva da UFF. O Conselho de Ensino e Pesquisa é um órgão eminentemente técnico para coordenação do ensino e da pesquisa na UFF, com funções deliberativas e autônomo em sua competência. A Reitoria, órgão central executivo dirigido pelo Reitor, fiscaliza e superintende todas as atividades da Universidade, possuindo estrutura administrativa própria.

9.2 Organização Administrativa

A forte expansão experimentada pela Universidade Federal Fluminense no âmbito do Programa de Expansão e Re-estruturação, nos últimos 05 anos, tornou imperiosa a necessidade de avanços na estrutura organizacional, com vistas a uma melhor flexibilização da administração tornando-a mais fluida, menos burocrática. Assim, a UFF promoveu uma reestruturação administrativa em 2011, conforme organograma (Figura 01)

Organograma UFF



- A reitoria (Ret) é o órgão central executivo dirigido pelo reitor, responsável pela gestão institucional de todas as atividades da universidade, sendo assessorada por Pró-Reitorias que exercem atribuições de coordenação e supervisão, como órgãos centrais dos respectivos sistemas.
- A Diretoria de Relações Internacionais (DRI), em consonância com a filosofia da política de formação acadêmica da Universidade Federal Fluminense valoriza a inserção internacional de seus quadros docente e discente, facilitando o acesso às oportunidades de mobilidade acadêmica internacional de seus alunos em Instituições de Ensino e Pesquisa com as quais a UFF mantém acordos de cooperação.
- A Prefeitura Universitária (Preuni) atua no desenvolvimento de atividades de manutenção de bens móveis e imóveis, gerência de meio ambiente e administração patrimonial, bem como o gerenciamento do uso dos espaços dos Campi universitários, exceto das unidades do interior, através do planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração.
- A Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan) é o órgão da administração central a quem compete o assessoramento da política global de planejamento da UFF, através da análise técnica da evolução da universidade e de assessoria na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento. Compete ainda à Proplan a coordenação da elaboração e consolidação das propostas do orçamento da instituição, assessorando as demais unidades no âmbito de sua competência.
- O Centro de Artes da UFF (Ceart) atua na produção, incentivo e divulgação da cultura através de manifestações artísticas em diversas áreas, promovendo reflexão, ampliando conhecimento, integrando e apoiando iniciativas locais, proporcionando à comunidade maior acesso aos bens e atividades culturais e contribuindo para a formação da identidade cultural da comunidade acadêmica e da cidade de Niterói.
- A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) realiza a gestão de infraestrutura de software e hardware da UFF, além de planejar e executar a política de informática da universidade. Também faz parte de sua missão pesquisar, desenvolver, executar e participar de projetos em tecnologia de informação e serviços de informática tanto internamente, nos diversos Campi que compõe a UFF, como em parcerias com municípios e estados, além da captação de recursos através de projetos, consultoria e serviços em TI.
- A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi) é responsável pela proposta, divulgação, implantação e desenvolvimento da política de pesquisa e pós-graduação Stricto e Lato Sensu aprovada pelos Conselhos Superiores competentes, bem como elaborar, viabilizar e coordenar programas de bolsas de iniciação científica, além de promover a integração das atividades das esferas específicas de sua competência com o ensino de graduação e

extensão; promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento ou implantação das atividades de pesquisa e pós-graduação; estender à comunidade interna e externa – sob a forma de cursos e serviços especiais – as atividades de ensino de pós-graduação e resultados de pesquisa, planejamento, organização e articulação do sistema de inovação científica e tecnológica.

- A Agência de Inovação da UFF (AGIR) tem por finalidade assessorar o planejamento, organização, implementação, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do empreendedorismo e inovação desenvolvidos na UFF. Pretende estimular, assessorar e dar consultoria (interna e externa) no desenvolvimento de projetos e produtos para o atendimento das disposições da Lei de Inovação.
- A Editora da UFF (EDUFF) tem como objetivo editar, divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica da UFF. A definição de sua política de publicação e os critérios de seleção dos textos estão a cargo de uma comissão editorial, composta por membros representantes dos diversos centros de ensino da universidade.
- A Superintendência de Documentação (SDC) atua no desenvolvimento de atividades de coordenação técnica e administrativa do sistema de bibliotecas e arquivo da universidade, atualmente composto de 26 bibliotecas, do arquivo central e 02 laboratórios, um de conservação e restauração de documentos (LACORD) e outro de reprografia (LARE). É sua função, também, proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação por meio de redes de sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional.
- A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) tem a finalidade de desenvolver políticas de apoio estudantil por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional e cidadã de todos os estudantes da UFF. Suas atividades abrangem o planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das atividades da universidade, no que se refere à gerência e coordenação de projetos de apoio social e promoção de saúde, concessão de bolsas, apoio acadêmico, gestão de moradia aos estudantes da UFF, bem como a coordenação de gestão do Restaurante Universitário e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Sensibiliza UFF.
- A Superintendência de Arquitetura e Engenharia (Saen) é a área responsável pela gerência e execução das obras de engenharia, arquitetura e urbanismo, atuando no planejamento e coordenação de todas as ações de sua competência.
- A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) é responsável pela articulação e coordenação das atividades de extensão de diversos setores da UFF, através de

programas, projetos, prestação de serviços, atividades culturais, cursos, eventos, em todas as suas áreas de atuação. Além disso, abre espaço para o diálogo entre universidade e sociedade, conhecendo e acompanhando de forma interativa as produções da comunidade, reduzindo distâncias através do fazer extensionista.

- A Superintendência de Comunicação Social (SCS) é responsável pela proposta e execução da política de comunicação institucional da universidade, de modo a fixar e consolidar a imagem da UFF junto à sociedade com ética, transparência e vinculação ao interesse público.
- A Pró-Reitoria de Administração (Proad) atua no desenvolvimento de atividades de transporte, segurança e logística, coordenação de compras de material e contratos, de administração financeira e de protocolo, bem como será responsável pelas licitações, através do planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das referidas atividades.
- A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) tem o objetivo de desenvolver políticas de graduação dos alunos por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo dessa forma para a formação profissional de todos os estudantes da UFF, através do planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das atividades da UFF, no que se refere à gerência e coordenação de projetos e programas, realização de eventos ligados a graduação, coordenação de estágios e programas de monitoria, apoio ao ensino de graduação, avaliação e seleção acadêmica, bem como as atividades de coordenação dos programas de educação à distância.
- A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) atua no desenvolvimento de atividades de coordenação de pessoal, capacitação e qualificação, lotação e movimentação de pessoal, coordenação de atenção integral à saúde e qualidade de vida, segurança no trabalho e saúde ocupacional, controle de pagamentos de pessoal, registros, direitos e vantagens, admissão e cadastro de pessoal, procedimentos administrativos disciplinares, através do planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das referidas atividades.
- A Ouvidoria que busca promover a garantia dos direitos dos cidadãos, buscando ouvir a comunidade interna e externa, consolidando a ética e a transparência.

10. Auto-avaliação Institucional

A avaliação institucional na UFF deverá ser conduzida em respeito à autoavaliação, de caráter pedagógico, e em busca de melhorias e de autoconhecimento, de compreensão da cultura e da vida da instituição em sua pluralidade acadêmica e

administrativa, sustentada na participação dos agentes universitários – professores, alunos, e servidores – e na comunidade externa. Deverá ser um processo social e coletivo de reflexão, produção e socialização de conhecimentos sobre a UFF.

A ênfase no processo de autoavaliação se dará na busca de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, definida neste Projeto Pedagógico Institucional e voltada para a formação, a responsabilidade social e a transformação institucional.

O processo de autoavaliação da UFF deverá constituir-se pelo diálogo permanente entre a Comissão Própria de Avaliação/UFF e as unidades avaliativas, visando à plena execução do Projeto de Avaliação Institucional aprovado pelo Conselho Universitário.

Em relação à autoavaliação da Universidade, a CPA/UFF realizou, nos anos de 2010 e 2011, uma pesquisa em grupos focais, para coleta de dados qualitativos. Foram realizados 32 grupos, envolvendo professores, alunos e técnico-administrativos dos *campi* em Niterói e interior.

Os principais problemas apontados pelos depoentes, nos grupos focais, estão relacionados à infraestrutura:

- má conservação dos laboratórios e equipamentos;
- desatualização do acervo bibliográfico;
- precariedade das instalações para gabinetes de professores;
- insuficiência de espaço físico para salas de aula, laboratórios e trabalhos administrativos;
- insuficiência de pessoal técnico-administrativo para apoio ao trabalho pedagógico e de pesquisa;
- falta de apoio para a participação docente em eventos científicos externos;
- precariedade dos espaços de convivência;
- precariedade dos serviços de segurança e limpeza nos campi da sede e do interior, bem como no seu entorno;
- insuficiência de mobiliário e equipamentos nas bibliotecas ;
- dificuldade de transporte inter-campi
- precariedade na comunicação interna e
- falta de treinamento dos servidores técnico-administrativos e terceirizados para o desempenho de suas funções.

Para a avaliação institucional e autoavaliação, por parte dos alunos e professores, a CPA-UFF realiza, semestralmente, a pesquisa de avaliação das disciplinas, institucional e autoavaliação, por discentes e docentes. Os dados gerados pela mesma encontram-se disponíveis no site <https://sistemas.uff.br/sai>.

Para a avaliação dos egressos dos cursos de graduação da UFF, a CPA-UFF implementou um sistema de coleta de dados, dentro do Sistema de Avaliação Institucional, que está gerando informações sobre os alunos formados nos cursos de

graduação da UFF, nos últimos 5 anos. Os dados coletados por essa pesquisa, que começou a ser realizada em 2012, também estão disponíveis no site <https://sistemas.uff.br/sai>.

A avaliação institucional, na UFF, é conduzida em respeito à autoavaliação, que possui caráter pedagógico em busca de melhorias e de autoconhecimento, de compreensão da cultura e da vida da instituição em sua pluralidade acadêmica e administrativa, sustentada na participação dos agentes universitários – professores, alunos, e servidores – e na comunidade externa. É um processo social e coletivo de reflexão, produção e socialização de conhecimentos sobre a Universidade.

A ênfase no processo de autoavaliação se dá na busca de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, definida no Projeto Pedagógico Institucional e voltada para a formação, a responsabilidade social e a transformação institucional.

O processo de autoavaliação da UFF constitui-se pelo diálogo permanente entre a CPA/UFF e as unidades avaliativas, visando à execução do Projeto de Avaliação Institucional aprovado pelo Conselho Universitário.

O objetivo da avaliação institucional, na UFF, é identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas e projetos. Para que esse objetivo seja alcançado e a legislação (Lei nº 10.861/04) seja respeitada, a metodologia empregada no processo de autoavaliação pauta-se pela avaliação das diferentes dimensões institucionais propostas pelo Projeto de Avaliação Institucional da UFF, em conformidade com o que dispõe o SINAES.

As dimensões consideradas no processo de avaliação institucional da UFF foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º. São as seguintes:

- ☒ Dimensão 1 - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- ☒ Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- ☒ Dimensão 3 - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- ☒ Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade;
- ☒ Dimensão 5- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- ☒ Dimensão 6 - A organização e gestão da Instituição, o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a

reitoria e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

☒ Dimensão 7 - A infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

☒ Dimensão 8 - O planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

☒ Dimensão 9 - As políticas de atendimento a estudantes e egressos;

☒ Dimensão 10 - A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

11 Infraestrutura física e instalações acadêmicas

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma instituição que se apoia no tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão, possuindo unidades distribuídas pelo Estado do Rio de Janeiro e Estado do Pará (cidade de Oriximiná), com maior concentração na cidade de Niterói, onde fica sua Reitoria. Devido à maneira pela qual foi constituída, suas unidades se localizam em vários bairros da cidade, possuindo também quatro campi distintos, a saber: Campus do Valonguinho, do Gragoatá, da Praia Vermelha e do Hospital Universitário.

A UFF possui em torno de 150 edificações, sendo aproximadamente 100 destas localizadas em Niterói. Além das edificações, existem também, áreas destinadas a esportes que abrangem um total de 92.792,91 m², distribuídos no Campi, possuindo também um total de 5.018.422,00 m² de área urbanizada. As edificações abrigam 32 unidades de Ensino, quatro polos no interior, 27 polos de educação a distância, uma unidade avançada em Oriximiná, um núcleo experimental em Iguaba Grande e uma fazenda escola em Cachoeiras do Macacu.

A UFF possui 01 Biblioteca Central, 26 bibliotecas setoriais, 349 laboratórios, 437 salas de aula, nove anfiteatros, o Hospital Antonio Pedro (HUAP) com 276 leitos, a Farmácia Universitária e 01 Colégio de Aplicação (Colégio Universitário Geraldo Reis).

11.1 Bibliotecas

A Superintendência de Documentação (SDC) é o órgão responsável pela coordenação técnica e administrativa do Sistema de Bibliotecas e Arquivo da Universidade, vinculado a partir de maio de 2011 ao Gabinete do Reitor – GAR, cuja missão é proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação, por meio de redes e sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional. Compete, também, a SDC apoiar os programas de ensino,

pesquisa e extensão da Universidade e desenvolver serviços e produtos que atendam às necessidades de informação da comunidade acadêmica da UFF.

Atualmente a estrutura organizacional é constituída de 26 (vinte e seis) bibliotecas, uma Coordenação de Arquivos, uma Coordenação de Bibliotecas, um Laboratório de Reprografia (LARE), um Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LACORD), e a sede do sistema no Campus do Gragoatá, perfazendo um total de 30 (trinta) unidades físicas.

Tabela 17: Distribuição das bibliotecas setoriais por área

Área	Unidades
Ciências Agrárias	01
Ciências Biológicas	01
Ciências da Saúde	05
Ciências Exatas e da Terra	05
Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes	02
Ciências Sociais Aplicadas	05
Engenharias	02
Escolares	02
Multidisciplinares	03
Total	26

11.1.1 Programas de cooperação técnica e bibliográfica

A SDC participa de redes e **programas de cooperação técnica e bibliográfica** através dos seguintes convênios:

- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN);
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) - membro da Coordenação da Região Sudeste;
- Comitê Executivo da BVS Integralidade, da BIREME;
- Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (CBIES) - Membro da Coordenação;
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – convênio Biblioteca Depositária (Biblioteca da Faculdade de Economia com Status Seletivo);
- Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) - responsável e alimentador do site do “Portal de Arquitetura e Urbanismo” e coordenador na UFF da “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações”;
- Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) -

indexador do conteúdo de 10 revistas na área médica;

- Portal de Periódicos Capes - portal de acesso a publicações periódicas; como usuário que atingiu em 2008 o 16º lugar em uso dos recursos de informação dentre as Instituições de Ensino Superior Brasileiras;
- Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) - como biblioteca Cooperante e Biblioteca Base;
- Rede de Bibliotecas da Área de Engenharia (REBAE)
- Rede de Bibliotecas da área de Psicologia (ReBAP) - Indexando periódicos na área de Psicologia;
- Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte (REDARTE)
- Rede Nacional de Informação em Meio Ambiente (RENIMA)
- Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Federal (SIGA)

11.1.2 Quadro de pessoal

O **quadro de pessoal** da SDC é composto de 310 (trezentos e dez) **profissionais**, entre servidores de diferentes cargos, prestadores de serviço e estagiários (Tabelas 18 e 19).

Tabela 18: Recursos Humanos do Sistema SDC

Vínculo	Total
Servidores	188
Prestadores de Serviço	82
Estagiários	40
Total	310

Tabela 19: Servidores da SDC (por cargo)

Cargo	Quantidade
Arquivista	11
Assistente em Administração	26
Auxiliar de Nutrição e Dietética	01

Auxiliar em Administração	07
Auxiliar Operacional	02
Bibliotecário - Documentalista	129
Contínuo	01
Museólogo	01
Operador de cinema e vídeo	01
Técnico em Arquivo	03
Técnico em Eletrotécnica	01
Técnico em Laboratório	01
Técnico em Microfilmagem	04
Total	188

11.1.3 Acervo bibliográfico

A tabela 20 apresenta o acervo bibliográfico atual.

Tabela 20: Acervo bibliográfico

Tipo de Material	TÍTULOS			VOLUMES		
	Exercício anterior	Aquisições no ano	Total	Exercício anterior	Aquisições no ano	Total
Anais de congressos	4.601	257	4.858	5.310	689	5.999
Apostilas	2.849	20	2.869	2.899	20	2.919
Artigos de periódicos	7297	563	7.860	8185	573	8.758
Capítulo de livro	354	17	371	487	72	559
Catálogo	116	55	171	145	67	212
CD ROM	744	175	919	1247	383	1.630
Disquete	76	0	76	91	0	91
Dissertação	4.539	55	4.594	5.279	56	5.335
Dissertação da UFF	11.066	818	11.884	13.837	1.044	14.881

Fita de vídeo/CD/DVD	1.183	100	1.283	1.552	173	1.725
Folhetos	12.300	151	12.451	14.438	162	14.600
Fotografia	4.200	1	4.201	4.200	1	4.201
Livro	200.713	10.028	210.741	353.266	19.153	372.419
Manual	258	7	265	527	9	536
Manuscrito	173	1	174	173	1	174
Mapa	2.164	20	2.184	2.884	20	2.904
Monografia	1518	452	1.970	1700	460	2.160
Norma técnica	1364	16	1.380	1445	16	1.461
Obra de referência	3.255	403	3.658	4.706	726	5.432
Obra rara	91	15	106	120	15	135
Outros	2.494	171	2.665	2.756	171	2.927
Partitura	923	0	923	1000	0	1.000
Periódicos	16.946	1.011	17.957	556.296	6.704	563.000
Projeto final	1.527	390	1.917	1.691	391	2.082
Publicação Seriada	2380	1.001	3.381	4.891	1.160	6.051
Recorte de jornal (UFF)	1.178	0	1.178	1.178	0	1.178
Relatório	159	29	188	184	31	215
Resumo de congresso	452	2	454	579	2	581
Separata	69	0	69	80	0	80
Software	164	0	164	291	0	291
TCC	10.324	852	11.176	11.537	872	12.409
Tese	5.716	51	5.767	7.044	51	7.095
Tese da UFF	1.716	301	2.017	2.719	371	3.090
Trabalho de Congresso	1210	231	1.441	1.990	231	2.221
TOTAL	304.119	17.193	321.312	1.014.727	33.624	1.048.351

11.1.4 Funcionamento e Frequencia

A Tabela 21 apresenta o horário de funcionamento e a frequência das bibliotecas da UFF.

Tabela 21: Funcionamento e Frequencia das bibliotecas

Áreas	Unidades	Frequências		Consultas	Empréstimos
		Diária	Anual		
Agrícola	Faculdade de Veterinária	125	30.059	2.282	1.589
Biológica	Instituto Biomédico	508	111.670	7.822	36.729
Exatas e Tecnológica	Instituto de Física	90	20.472	4.090	16.642
	Instituto de Geociências	96	22.752	12.087	10.665
	Pós-Graduação em Geoquímica	16	3.800	2.478	2.100
	Pós-Graduação em Matemática	85	19.735	3.546	2.904
	Matemática de Pádua	5	1.238	2.384	1.415
Humanas	Centro de Memória Fluminense	3	651	0	1.545
Saúde	Escola de Enfermagem	37	8.219	3.753	3.001
	Faculdade de Farmácia	78	18.669	26.871	7.362
	Faculdade de Medicina	272	67.658	10.552	7.469
	Faculdade de Nutrição e Odontologia	123	24.786	13.124	7.074
	Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo	20	4.212	823	3.289
Sociais Aplicadas	Escola de Serviço Social de Campos	230	38.870	8.491	6.998
	Curso de Pedagogia de Angra dos Reis	7	1.092	2.236	559
	Escola de Arquitetura e Urbanismo	27	5.886	4.982	1.254
	Faculdade de	101	26.000	5.500	13.207

	Administração e Ciências Contábeis				
	Faculdade de Economia	24	6154	1515	4080
	Faculdade de Direito	46	10.946	6.297	4.638
Engenharias	Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda	13	2.639		14.943
	Escola de Engenharia e Ciência da Computação	366	98.340	10.445	24.800
Multidisciplinares	Central do Gragoatá	399	98.647	7.536	21.122
	Central do Valonguinho	155	39.370	24.237	15.216
	Pólo Universitário de Rio das Ostras	155	16.834	3.215	24.134
Escolares	Colégio Universitário Geraldo Reis	6	1.238	0	872
	Creche	15	2.640	1.250	280
TOTAL		3.001	682.577	165.516	233.887

11.1.5 Área física das bibliotecas setoriais

A Tabela 22 apresenta a área física das bibliotecas setoriais bem como as adaptações quanto a acessibilidade de cada uma delas

Tabela 22 – Área física das Unidades da SDC

UNIDADES	ÁREA CONST. (M2)	ÁREA DESTINADA AO ACERVO (M2)	ÁREA PARA USO INDIVIDUAL (M2)	ÁREA PARA USO COLETIVO/GRUPO (M2)	INSTALAÇÕES ADEQUADAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
BAC	175	66,00	25,00	42,00	NÃO
BAU	120	100,00		20,00	NÃO
BAVR	665,00	167,00	168,00	330,00	NÃO
BCG + CEMF	7.900	3950,00	3160,00	790,00	SIM
BCV	893	357,00	357,00	179,00	NÃO
BEC	400	240,00	160,00		NÃO
BEE	994,11	318,39	318,39	144,01	NÃO
BEM	240	72,00		151,00	NÃO
BENF	115,66	28,47	11,74	30,00	NÃO
BFD	386	231,00	154,40		NÃO
BFF	121,96	36,00		85,00	NÃO
BFM	496	190,00		83,00	NÃO

BFV	188	112,00	75,20		NÃO
BGQ	84	25,00	25,00	18,00	NÃO
BIB	304,75	128,25	52,00	124,50	NÃO
BIF	285,67	101,46	69,41	42,64	NÃO
BIG	187,90	60,00	50,00		NÃO
BINF	100	11,00	9,00	15 (ÁREA EXTERNA)	NÃO
BNF	272,33	93,00	93,00	29,87	NÃO
BNO	312	54,00	81,00	91,00	NÃO
BPM	300	120,00	140,00		NÃO
BRO	100	50,00			NÃO
BUCG	259,50	64,50		97,53	SIM (Rampa acesso,software Dos-Vox)
SDC	537				
TOTAL	15.437,88	6.575,07	4.949,14	2.257,55	

11.1.6 Base de dados disponíveis

A Tabela 23 apresenta a base de dados disponíveis nas bibliotecas setoriais

Tabela 23: Bases de Dados

Título	Biblioteca
ANPED	BCG
Analytical Abstracts -	BGQ
Barsa (enciclopédia)	BIF
BECST CD	BFV
Biological Abstracts	BIG
CD-CIN	BGQ, BIF
CIDE - Anuário do estado do RJ	BEC
Current Contents	BGQ, BFF
Dialog on Disc	BEE
D. O. I. (Diário Oficial Informatizado)	bfd
Earth Disc	BIG
Ebrary	BCG, BCV, BFF (disponível para todas as btcas.)
Earth Sciences Disc	BIG
ECODISC	BIG
ERIC	BCG
Food Science & Technol. Abstracts	BFV
GEO-REF	BGQ
IBGE - Anuário estatístico do Brasil	BEC
IBGE - Informações Municipais	BEC
IBICT - Bases de Dados em C & T	BGQ, BEC, BCV
JSTOR	BCG (disponível para todas as btcas.)
Lex-Li (Legislação & Jurisprudência)	bfd
LILACS	BNO, BFM, BFF

Material Science Citation Index	BEM
MEDLINE	BNO, BFM, BFF
METADEX	BEM
Physics Abstracts	BIF
POLTOX I - BFF	BFV
Portal de Periódicos da Capes	Todas
REDUC	BCG
Surface Finishing	BEM
UNIBIBLI	BIF, BNO
Zoological Records	BFV

11.2 Laboratórios

Os laboratórios existentes, entre específicos, de informática e multiusuários, possuem uma área média de 37,8 m² e capacidade média de atendimento de 53,5 alunos por período, que servem quase que integralmente a alunos de graduação e pós-graduação (Tabela 24).

Tabela 24: Área física e média de atendimento de alunos nos laboratórios

Campus	Quantidade de laboratórios	Média da área física (m ²)	Nº. Médio de alunos atendidos (por semestre)
Valonguinho	158	40,7	40,4
Gragoatá	62	20,0	37,0
Praia Vermelha	112	36,5	47,5
Rio das Ostras	14	53,3	100
Volta Redonda	70	48,3	63,3
Pádua	02	36	55,5
Outros	72	30	31
Total	490	37,8	53,5

Incluindo os laboratórios nos novos prédios em construção

11.3 Plano de acessibilidade na UFF

O plano de acessibilidade na UFF é composto de cinco etapas, a saber:

- Censo de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;
- Acompanhamento dos estudantes com deficiência;
- Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística;
- Curso de Capacitação e Sensibilização de Professores;
- Divulgação e Eventos.

11.3.1 Censo de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência

O objetivo do censo é identificar, mapear e cadastrar quantas e quem são as pessoas da comunidade universitária (alunos, funcionários e professores) que possuem algum tipo de deficiência. Esse processo, inédito na universidade, é fundamental para conhecer as necessidades das pessoas com deficiência, em relação à acessibilidade, à inclusão social e na atenção aos seus direitos. A partir de uma radiografia da situação desse público-alvo, a UFF terá instrumentos para implementar ações proativas para o segmento.

Além disso, o censo também visa fornecer subsídios para a elaboração e execução de políticas públicas na universidade e junto ao MEC.

A última pesquisa realizada na comunidade universitária registrou os seguintes dados: 61 estudantes de graduação com diferentes tipos de deficiências: (DM (Deficiência Motora ou Física); DA (Deficiência Auditiva) e DV (Deficiência Visual); 2 estudantes de pós-graduação e 23 professores com deficiência DM: 4 ; DV (baixa visão): 14 e mobilidade reduzida: 1

11.3.2 Acompanhamento dos estudantes com deficiência

As necessidades apresentadas são resumidas abaixo:

- Acessibilidade arquitetônica ou urbanística (incluindo mobiliário);
- Acessibilidade comunicacional: equipamentos e softwares;
- Acessibilidade metodológica;
- Acessibilidade programática;
- Acessibilidade atitudinal.

11.3.3 Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

- **Projeto de Acessibilidade do Campus do Gragoatá:** a obra do Caminho Acessível foi solicitada pelo NAIS à Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (antiga SAEP), através do Memorando nº 16/2010 de 08/06/2010. Elaborado e desenvolvido pelas arquitetas Maria Helena Gomes e Luciana Velasco (arquiteta responsável e desenhista do projeto). As obras começaram na primeira semana de junho de 2010 e já foi concluída

A obra no Gragoatá é um importante passo na construção da acessibilidade na UFF e na adaptação da universidade ao Decreto nº 5.296, de 2004 (que exige a acessibilidade a prédios públicos) e à norma NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

- **Projeto de Acessibilidade do Campus do Valonguinho:** elaborado pelos alunos da graduação de Arquitetura e Urbanismo Cristiano Xavier, Joana Ferreira e Gustavo Lopes, com a orientação do professor Júlio Bentes. O projeto foi selecionado por meio de um concurso promovido pela Reitoria e destinado aos alunos da EAU da UFF. Com foco na questão da acessibilidade e da socialização dentro do campus, o estudo propõe a criação de passarelas ligando a parte baixa à parte alta do Valonguinho e a ampliação das áreas de convívio, com instalação de quiosques e bancos. Encontra-se em fase de anteprojeto, fiscalizado pela arquiteta Maria de Fátima Gouvea Poubel.
- **O Projeto de Acessibilidade do Campus do da Praia Vermelha:** encontra-se em fase de estudo preliminar, coordenado pelo arquiteto Julio Emilio de Souza Lima. Trata-se de área complexa, onde vários projetos ainda estão sendo definidos e por isso não possuem todos os dados necessários para a sua concretização. Estão sendo aguardadas algumas informações fundamentais para o trabalho, como, por exemplo: O desenho arquitetônico e urbanístico de entorno de todas as edificações em aprovação de prefeitura, conclusão da base cartográfica com todos os prédios implantados corretamente e definição de alguns projetos (Via Orla, Via Litorânea).

11.3.4 Cursos de Capacitação e Sensibilização de professores

São ministrados por um grupo de trabalho formado por professoras do NAIS, incluindo uma professora surda e duas técnicas da PROEX, sendo que uma aposentada.

11.3.5 Divulgação e eventos

É realizado por um grupo de trabalho formado por uma professora do curso de Comunicação Social, uma jornalista e uma bolsista do curso de jornalismo.

- Responsável pela atualização e manutenção da página do NAIS - www.proac.uff.br/sensibiliza ;
- Criação e atualização do *Twitter* - Sensibiliza UFF e *Facebook* - Sensibiliza UFF (171 usuários ativos mensais);
- Campanha divulgação das ações do NAIS - Sensibiliza UFF e de Conscientização sobre inclusão:

Objetivo: No primeiro momento a campanha será dirigida ao público interno da Universidade para informar sobre o tipo de apoio e ações que o núcleo desenvolve;

Deverá ter um planejamento anual para criar uma massa crítica e envolver colaboradores nestas ações.

Posteriormente, se estenderá à comunidade no qual a UFF mantém unidades. Realização de ações nos eventos institucionais.

Ações: Campanha Informativa (material impresso)

- I. **Folder** sobre o NAIS
- II. **Cartilha** com abordagem sobre os tipos de deficiências, locais de atendimento dentro e fora da universidade.
- III. **Banner/ painel móvel** – banner, tipo painel informativo, constando informações básicas sobre o NAIS e contatos. Para ser colocado em eventos realizados na UFF.
- IV. **Camisa dos monitores e apoiadores** – camisa para o grupo de apoio a eventos.
- V. **Marcadores de livros** – com as informações básicas e contatos do NAIS. Formato 18,5cm X 5cm, 4/4, papel duodesign 250g, laminação fosca e verniz UV localizado. 500 unidades.

Campanha de conscientização

- **Termômetro de inclusão:** As unidades e áreas da UFF que estão fazendo esforço com ações inclusivas receberão um termômetro demonstrando o grau (bom, muito bom, pode melhorar). A campanha não é punitiva e sim incentivadora.
- **Multa moral:** imãs para serem colocados em carros ou outros veículos que estacionam ou param em locais de acessibilidade.
- **Plástico para automóvel com a campanha** – “eu participo e apoio”
- **Cartão de Natal** – cartão de felicitações e recall da campanha.
- **Calendário de mesa**

Serviços:

Planejamento de campanha e projeto gráfico, incluindo fotos, diagramação e artes finais.

Elaboração de textos e revisão ortográfica.

Encaminhamento de proposta ao Programa Incluir do MEC (das secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Especial (Seesp).

- **Projeto Praia Para Todos em Niterói**/parceria com o Instituto Novo Ser: Inspira-se no Projeto Praia Para Todos, criado e desenvolvido pelo Instituto Novo Ser, na vizinha cidade Rio de Janeiro. Tem como finalidade aumentar a integração da pessoa com deficiência com a natureza e o esporte, promover mais sociabilidade e, ainda, despertar a atenção da opinião pública sobre as questões ligadas a falta de acesso ao lazer, por essa parcela da população.

Todas as atividades serão ministradas e realizadas sob a orientação de profissionais especializados da área de educação física (Faculdade de Educação Física) e de fisioterapia (Serviço de Fisioterapia do Huap), além de estagiários da Universidade Federais Fluminense e voluntários do Instituto Novo Ser.

12. Tecnologia da Informação e Comunicação

A partir de uma reestruturação organizacional iniciada ao final de 2010, a alta administração da UFF explicita a importância da tecnologia da informação para o atendimento da missão e objetivos estratégicos da instituição, e assume o compromisso de criar este Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Este Plano Diretor será de vital importância para colocar a UFF entre as melhores Instituições Federais de Ensino Superior, proporcionando à organização alcançar a melhoria da qualidade em seu planejamento e gestão institucional, atingindo posição diferenciada no que se refere à inovação tecnológica e gestão de seu conhecimento interno.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) servem de suporte às atividades acadêmicas e administrativas. No contexto acadêmico, servem como instrumento de pesquisa, coleta e armazenamento da informação, meio de acesso e de difusão da informação, meio de comunicação intra e extramuros e, em especial, entre docentes e discentes. No contexto administrativo, servem como instrumento de automação e racionalização de processos administrativos e de gestão (planejamento, acompanhamento, avaliação e controle), proporcionando uma melhoria na qualidade das decisões tomadas pelos gestores, dando o apoio logístico para que a universidade possa ser mais ágil e eficiente na sua missão, de forma a dar sustentabilidade no desenvolvimento da UFF inovadora.

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC) que tem como objetivo orientar as ações institucionais na área de TIC no período 2012-2014, para melhor atender às necessidades da UFF está sendo elaborado para posterior submissão a aprovação pelo Comitê de Tecnologia da Informação (COTI), instituído na UFF pela PORTARIA Nº. 38.355 de 01 de julho de 2008, e reformulado a partir de maio de 2011, através da nova PORTARIA nº 44.709 de 23/05/2011 (ANEXO VIII).

Este Plano Diretor está totalmente alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF (PDI), em suas áreas, com respectivos objetivos, estratégias e ações, e será revisto anualmente.

O PDTIC escolheu como princípios e diretrizes, os objetivos estratégicos abaixo, que serão os principais desafios para o desenvolvimento institucional da UFF para os próximos anos, nos campos do ensino, pesquisa, extensão e administração, contando com a criação da função de Governança de TI com respaldo da alta administração da UFF.

- Estabelecer um modelo de Governança de TI na Universidade totalmente alinhado ao PDI, em suas áreas estratégicas e respectivos objetivos, estratégias e ações onde a aplicação das TI produza os resultados organizacionais planejados.
- Manter o alinhamento (parcial e/ou total) com as diretrizes da Administração Pública Federal (APF), estabelecidas pelos órgãos de controle interno (MPOG, SLTI, TCU, SEFTI, e CGU), no que se refere à aplicação das soluções de TI.
- Desenvolver a Central de Atendimento para prestar um serviço de qualidade excelente aos clientes da UFF (segmentos acadêmicos e administrativos), para melhoria do processo de comunicação da STI.
- Fomentar ações de integração entre os sistemas corporativos para melhoria da qualidade das informações gerenciais e estratégicas necessárias.
- Garantir a evolução da capacidade técnica da STI para proporcionar infraestrutura de TI em resposta às demandas internas e externas sempre crescentes.

13. Educação a distância

13.1 A Educação a distância na UFF

Pode-se considerar que a Universidade Federal Fluminense já faz história dentro da Educação a Distância no Brasil, tal vem sendo sua atuação tanto nos cursos de graduação, quantos nas especializações, no curso sequencial e em cursos de extensão e em outros projetos.

Desde 1999, Universidade faz parte do Consórcio CEDERJ. No segundo semestre de 2001, era ofertado, pela primeira vez, um curso de graduação na modalidade a distância da Universidade: o Curso de Licenciatura de Matemática.

A UFF está credenciada para operar com Educação a Distância (EAD), pelo MEC, (portal.mec.gov.br/seed) através dos seguintes instrumentos legais:

- Parecer CNE/CES nº 183/2004; Portaria nº 2562/04 do MEC; Deliberação do conselho Universitário da UFF nº 151/2003, publicada no Boletim de Serviço de 09/01/2005 e já estamos em processo de reconhecimento.

13.2 Cursos de Graduação

Na graduação, no âmbito do Consórcio, a UFF é responsável por quatro cursos de graduação: Licenciatura em Matemática (02/2001), Tecnólogo em Sistema de Computação (01/2005), Administração Pública (02/2010) e o curso de Licenciatura em Letras (01/2012). Todos com entrada semestral de alunos. Além disso, a UFF colabora com os outros cursos de graduação dentro do Consórcio Cederj. São eles; Administração, Ciências Biológicas, Física, Química, Turismo, Tecnologia em Gestão de Turismo, oferecendo disciplinas de Informática Básica, Libras e outras de conteúdo Matemático.

Esses cursos funcionam, dentro da modalidade a distância, como cursos semipresenciais, pois incluem provas presenciais e presença obrigatória nos laboratórios (por exemplo, de informática para todos os alunos e de física para os alunos do curso de matemática). Além disso existem as tutorias semanais e outras atividades podem ser marcadas com os tutores, nos Polos valendo alguma pontuação.

Para o primeiro semestre de 2013 estão sendo oferecidas 2.141 vagas, assim distribuídas (Tabela 25):

Tabela 25: Distribuição de vagas no ensino de graduação a distância

Curso	Vagas	Polos
Matemática	605	17*
Tecnologia em Sistemas de Computação	799	19
Administração Pública	437	8
Letras	300	6

*O curso de Licenciatura em Matemática também é diplomado pela UNIRIO em outros 5 Polos e 185 vagas. A UFF atua também nesses outros 5 Polos auxiliando os professores da UNIRIO.

Os cursos de Administração Pública e Letras, por serem cursos mais recentes, estão presentes, no momento, em um menor número de Polos. Espera-se que esses cursos expandam-se para outros Polos já existentes.

As vagas oferecidas pela UFF estão em consonância com **o artigo 3º da Lei 12.711/2012 regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa do MEC nº 18, de 11/10/2012.**

- I. 12,5% (doze vírgula cinco) do total de vagas ofertadas serão destinadas, em atendimento a Lei 12.711/2012, a candidatos oriundos do **Enem 2011** que **tenham cursado integralmente, com aprovação, todas as séries do Ensino Médio, ou equivalente, em estabelecimentos de ensino da rede pública brasileira;**

A Das vagas que trata o inciso I, 50% (cinquenta por cento) serão ofertadas para candidatos cuja renda familiar *per capita* seja menor ou igual a um salário mínimo e meio vigente;

- II. 20% (dez por cento) do total de vagas serão destinadas a professores da rede pública, apenas para os Cursos de Licenciatura da UFF e da UNIRIO;
- III. 30% (trinta por cento) do total de vagas ofertadas serão destinadas a candidatos oriundos do **Enem 2011**, na modalidade Ampla Concorrência, com dedução do percentual descrito no inciso II quando se tratar de curso de licenciatura; e
- IV. O restante das vagas, destinadas pela UFF, ao **Vestibular CEDERJ 2013/1**, são na modalidade Ampla Concorrência.

13.3 Curso Superior Sequencial

A UFF oferece também um curso superior do tipo Sequencial, na modalidade a distância: o *Curso de Complementação de Estudos em Empreendedorismo & Inovação* que é vinculado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da UFF.

O curso propõe a integração entre teoria e prática através da comunicação dos conceitos estudados com os projetos e processos dos empreendedores; a integração entre disciplinas a fim de conceder aos estudantes ferramentas e conceitos de diversas áreas para uma melhor construção do conhecimento em torno do empreendimento e do empreendedor; a integração entre desenvolvimento do empreendimento e do empreendedor como relação interdependente, abrangendo, assim, tanto temas relacionados aos aspectos humanos, quanto aos aspectos empresariais e tecnológicos e a integração entre conhecimento “horizontal (competências do processo de desenvolvimento do negócio) e vertical (competências da área de negócio específica)”, propiciando a troca entre os aprendizes e professores-facilitadores para a criação do empreendimento inovador.

Este curso tem como objetivo contribuir com a formação de um profissional autônomo, capaz de avaliar as situações complexas do cotidiano e empreender soluções inovadoras na forma de empreendimentos sociais, acadêmicos, regionais ou empresariais. No momento ele é oferecido para os Polos: Angra dos Reis, Itaperuna, Niterói, Paracambi, Pirai, Resende, Volta Redonda, Rio Bonito, Rio das Ostras, Itapetininga (SP).

13.4 Cursos de especialização Lato Sensu

A UFF oferece os seguintes cursos de especialização *LATO SENSU*, de acordo com a resolução CNE/CES nº 1/2001, de 03/04/2001, do Conselho Nacional de Educação.

Os cursos Novas Tecnologias no Ensino da Matemática e Planejamento Implementação e Gestão de Educação a Distância, oferecidos pelo Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino- LANTE.

Os cursos Gestão em Saúde, Gestão em Administração Pública e Gestão Pública Municipal são oferecidos pelo Polo Universitário de Volta Redonda.

(a) Novas Tecnologias no Ensino da Matemática

Esse curso tem carga horária de 420 horas e é oferecido a portadores de diploma de graduação em Matemática, Ciências com habilitação em Matemática, Estatística, Engenharias ou Física, com vagas destinadas às seguintes categorias: Professores, que comprovem efetivo exercício e vagas de Demanda Social, destinadas a brasileiros natos ou naturalizados e candidatos estrangeiros, portadores de diploma de graduação em Matemática, Ciências com as habilitações listadas anteriormente.

Esse curso tem por objetivo apresentar recursos para o ensino da Matemática, sob um ponto de vista motivador e atual, introduzir novas tecnologias, em apoio ao processo pedagógico para o ensino da Matemática e instrumentalizar o professor do nosso tempo para o ensino da Matemática nos níveis fundamental e médio.

O número total de vagas, em 2011 foi de 840 (oitocentos e quarenta). No segundo semestre de 2012, foram oferecidas 970 vagas, distribuídas em municípios dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo nos seguintes Polos de apoio presencial da UAB:

- Espírito Santo - polos de Domingos Martins e Santa Teresa;
- Minas Gerais - polos de Confins, Itabira, João Monlevade e Ouro Preto;
- Rio de Janeiro - polos de Duque De Caxias, Itaperuna, Nova Iguaçu, Paracambi, Rio Bonito, Rio De Janeiro (Campo Grande) e Volta Redonda;
- São Paulo - polos de Diadema, Franca, Itapeverica da Serra, Osasco, Santos, Tarumã, Votorantim e Votuporanga.

As vagas são distribuídas, em cada Polo, por categoria, da seguinte forma: 50% para candidatos Professores em efetivo exercício neste ano e 50% para candidatos Demanda Social. O candidato concorre às vagas destinadas ao Polo para o qual originariamente tenha se inscrito. Havendo interesse o candidato poderá indicar no formulário de inscrição mais uma alternativa de Polo, para concorrer a vagas remanescentes, caso venham a existir, após a realização da matrícula.

(b) Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância

O Curso ***Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância*** é uma Pós-Graduação Lato Sensu voltada para profissionais portadores de diploma de graduação reconhecido pelo MEC, preferencialmente para professores da rede pública, profissionais atuantes nos cursos da UAB e profissionais que buscam capacitação nessa área do conhecimento. As vagas são destinadas às seguintes categorias: Professores, que comprovem efetivo exercício no ano de 2011 e vagas de Demanda Social, destinado a brasileiros natos ou naturalizados e candidatos estrangeiros, portadores de diploma de graduação reconhecido pelo MEC.

O objetivo geral deste curso é socializar as experiências de exercício da metodologia da Educação a distância implementadas pela UFF, em cursos de graduação e especialização no âmbito do Consórcio CEDERJ e do Sistema UAB, objetivando a capacitação de professores da rede pública e profissionais atuantes nos cursos da UAB. Como objetivo específico, o curso pretende fazer a capacitação inicial do corpo docente e técnico das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas vinculadas aos cursos implementados ou a implementar no âmbito da UAB e aos Professores da Rede Pública que habitam em regiões próximas aos polos de apoio presencial da UAB.

Este curso pretende capacitar os tutores (presenciais e tutores a distância) já selecionados pelas IES Públicas para atuarem nos cursos implementados ou a implementar nos polos de apoio presencial da UAB; os coordenadores de polos de apoio presencial da UAB dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Pará bem como outras pessoas interessadas em Educação a Distância. O aluno que concluir com aproveitamento todas as disciplinas ofertadas e tenha aprovado por uma banca examinadora seu Trabalho Final de Curso – TFC receberá o título de Especialista.

O número total de vagas no segundo semestre de 2012, foi para **2570** (duas mil, quinhentos e setenta) vagas, distribuídas em municípios dos Estados do Acre, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará, nos seguintes Polos de apoio presencial da UAB:

- Acre – polo de Sena Madureira
- Espírito Santo - polo de Domingos Martins;

- Minas Gerais - polos de Confins e João Monlevade;
- Rio de Janeiro - polos de Angra dos Reis, Cantagalo, Duque De Caxias, Iguaba Grande, Itaguaí, Itaperuna, Macaé, Magé, Natividade, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Piraí, Rio Bonito, Rio das Ostras, Rio De Janeiro (Campo Grande), São Francisco de Itabapoana, Saquarema, Três Rios e Volta Redonda;
- São Paulo - polos de Barretos, Campinas, Cubatão, Diadema, Embu, Franca, Itapeçerica da Serra, Itapetininga, Jandira, Osasco, Porto Feliz, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, Tarumã, Votorantim e Votuporanga;
- Pará: Polo de Dom Eliseu

As vagas são distribuídas, em cada Polo, por categoria, da seguinte forma: 50% para candidatos Professores em efetivo exercício e 50% das vagas para Demanda Social.

(c) Gestão em Saúde, Gestão em Administração Pública e Gestão Pública Municipal.

Os Cursos de Especialização em Gestão em Saúde Pública, Especialização em Gestão em Administração Pública e Especialização em Gestão Pública Municipal em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) na modalidade a distância, têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende: Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos; Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica; Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal; Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

Os Cursos tem carga horária de 420 horas e é oferecido para portadores de diploma de graduação reconhecido pelo MEC. Estamos começando um processo de seleção para estas três especializações e, ao todo serão 1100 vagas disponíveis.

Além disso, a UFF ainda oferece os seguintes cursos de extensão:

- Educação Ambiental
- Educação para Jovens e Adultos
- Estatuto da Criança e do Adolescente no Contexto Escolar: desafios e possibilidade
- Relações Étnico-Raciais

Além desses 7 cursos a UFF oferece o curso de Mestrado Profissional – PROMAT.

Todos os cursos oferecidos pela UFF são também aprovados e financiados pela Universidade Aberta do Brasil.

Fora isso, a Universidade ainda tem um projeto para oferecimento de disciplinas semipresenciais para os alunos presenciais.

14 Oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado

A UFF oferece hoje Programas de Pós-Graduação em todas as áreas de conhecimento. A Tabela 26 apresenta estes programas bem como o conceito dos mesmos.

Tabela 26: Programas de Pós-Graduação da UFF

Curso	Nível	Conceito CAPES
1. Administração	Mestrado	3
2. Antropologia	Mestrado/Doutorado	5
3. Arquitetura e Urbanismo	Mestrado/Doutorado	4
4. Biologia das Interações	Mestrado/Doutorado	4
5. Biologia Marinha	Mestrado/Doutorado	4
6. Ciência da Arte	Mestrado/Doutorado	3
7. Ciência da Informação	Mestrado	4
8. Ciência Política	Mestrado/Doutorado	4
9. Ciências Aplicadas a Produtos para Saúde	Mestrado/Doutorado	3
10. Ciências Cardiovasculares	Mestrado/Doutorado	4
11. Ciências Médicas	Mestrado/Doutorado	4
12. Computação	Mestrado/Doutorado	5
13. Comunicação	Mestrado/Doutorado	5
14. Direito Constitucional	Mestrado	3
15. Economia	Mestrado/Doutorado	5
16. Educação	Mestrado/Doutorado	5
17. EEIM - VOLTA REDONDA	Mestrado	4

Curso	Nível	Conceito CAPES
18. Enfermagem (Ciências do Cuidado em Saúde)	Mestrado	3
19. Engenharia Civil	Mestrado/Doutorado	3
20. Engenharia de Produção	Mestrado/Doutorado	4
21. Engenharia de Telecomunicações	Mestrado	3
22. Engenharia Mecânica	Mestrado/Doutorado	4
23. Engenharia Mecânica – VR	Mestrado/Doutorado	3
24. Engenharia Metalúrgica	Mestrado/Doutorado	4
25. Engenharia Química	Mestrado	3
26. Estudos de Linguagem	Mestrado/Doutorado	5
27. Estudos de Literatura	Mestrado/Doutorado	5
28. Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança	Mestrado	3
29. Filosofia	Mestrado	3
30. Física	Mestrado/Doutorado	6
31. Geociências (Geoquímica)	Mestrado/Doutorado	6
32. Geografia	Mestrado/Doutorado	6
33. Geologia e Geofísica Marinha	Mestrado/Doutorado	3
34. História	Mestrado/Doutorado	7
35. Matemática	Mestrado/Doutorado	4
36. Medicina Veterinária (Clínica e Reprodução Animal)	Mestrado/Doutorado	4
37. Medicina Veterinária (Higiene Veterinária)	Mestrado/Doutorado	4
38. Microbiologia e Parasitologia Aplicada	Mestrado	3
39. Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia	Mestrado	3
40. Neurociências	Mestrado/Doutorado	4
41. Neurologia	Mestrado/Doutorado	4
42. Odontologia	Mestrado/Doutorado	4

Curso	Nível	Conceito CAPES
43. Patologia	Mestrado/Doutorado	4
44. Política Social	Mestrado/Doutorado	4
45. Psicologia	Mestrado/Doutorado	4
46. Química	Mestrado/Doutorado	5
47. Saúde Coletiva	Mestrado	3
48. Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Mestrado	3
49. Sociologia	Mestrado	3
50. Sociologia e Direito	Mestrado/Doutorado	3
PROFISSIONALIZANTES		
1. Administração e Gestão da Assistência Farmacêutica	Mestrado	3
2. Defesa e Segurança Civil	Mestrado	3
3. Enfermagem Assistencial	Mestrado	3
4. Ensino na Saúde: Formação Docente Interdisciplinar para o SUS	Mestrado	3
5. Higiene, Inspeção e Tecnologia de Alimentos de Origem Animal	Mestrado	4
6. Justiça Administrativa	Mestrado	4
7. Saúde Materno-Infantil	Mestrado	3
8. Sistemas de Gestão	Mestrado	4

O desafio enfrentado neste próximo PDI da UFF será o de elevar a qualidade de seus Cursos e Programas refletindo no aumento das notas dos cursos nível 3 e 4. Para isso, a PROPI está exercendo um programa de visita e palestras e de conhecimento de seus potenciais, para poder induzir esta promoção de qualidade tão desejada.

Para atingir as metas propostas pretende-se, mais concretamente:

- Incentivar a criação de novos cursos, auxiliando na elaboração das propostas a serem enviadas a CAPES e no planejamento do funcionamento dos novos cursos.
- Incluir nos editais de fomento do PDI, até 2017, editais específico de apoio às Pós-Graduações em consolidação e fortalecimento (INFRA-PG). Este edital terá por objetivo

melhorar a infraestrutura dos Programas, oferecendo-lhes condições adequadas de funcionamento.

- Organizar, até 2017, grande seminário conjunto de todos os Programas de Pós-Graduação, para avaliar as metas atingidas e perspectivas futuras.
- Manter os editais PDI de fomento à Pesquisa, aumentando seus valores a cada ano.
- Incentivar a adoção de uma política de contratações e análises de estágios probatórios que privilegie a qualificação e a produtividade científica.

15 Sustentabilidade Financeira

O orçamento destinado as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vem de encontro ao cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Governo decorrentes da interação entre o PPA (Plano Plurianual do governo Federal) para 4 anos de governo eleito (início no 2º mandato), onde são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada. A LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tem vigência anual, é onde são estabelecidas as metas e prioridades a serem contempladas no Orçamento Anual orientando a sua elaboração, além de outras questões pertinentes a matéria. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é onde são previstos os recursos para a execução dos programas de governo para aquele ano.

Do orçamento destinado ao Ministério da Educação (MEC) é disponibilizada no período de julho ou agosto do exercício em curso, através do Sistema Integrado de Monitoramento (SIMEC) a proposta orçamentária para o ano seguinte composta do orçamento de pessoal e benefícios, de arrecadações próprias, de programas específicos do MEC e o orçamento para Outros Custeios e Capital (OCC) para todas as Instituições Federais de Ensino (IFES). A distribuição dos recursos de OCC obedece à matriz de alocação de recursos que é denominada de “Matriz Andifes”. Nela são determinados os critérios para a distribuição entre as IFES. Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição no que se refere ao número de alunos matriculados, formados e titulados. Atualmente a referida matriz se encontra regulamentada pelo artigo 4º, Decreto nº 7.233, de 19/07/2010.

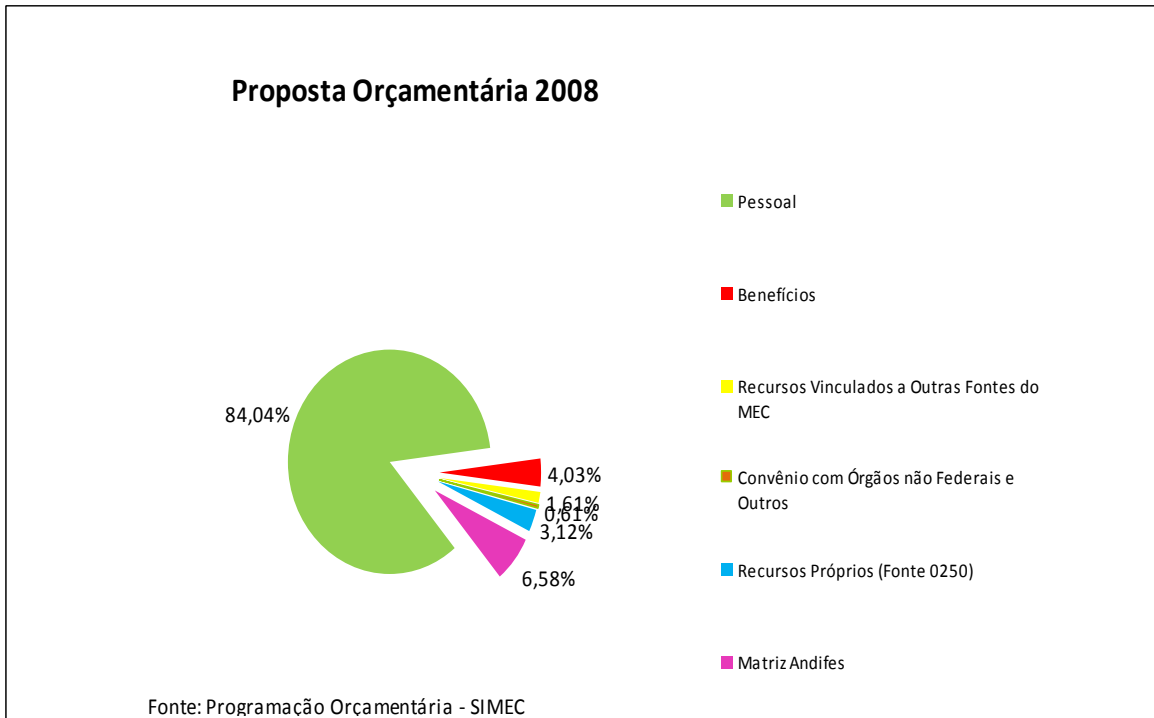


Figura 02: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2008

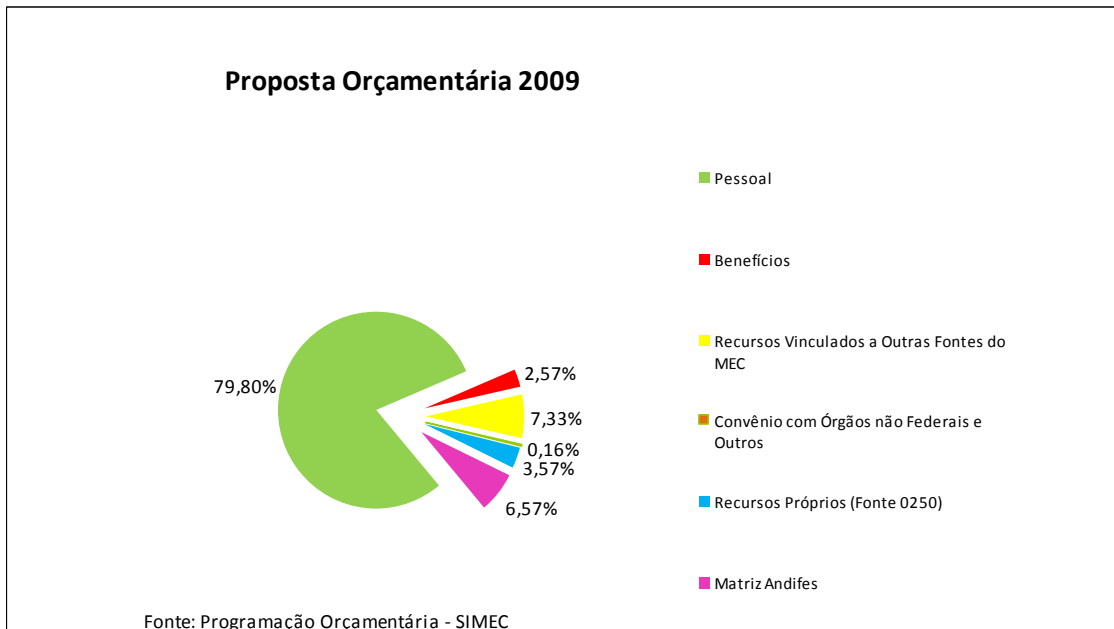


Figura 03: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2009

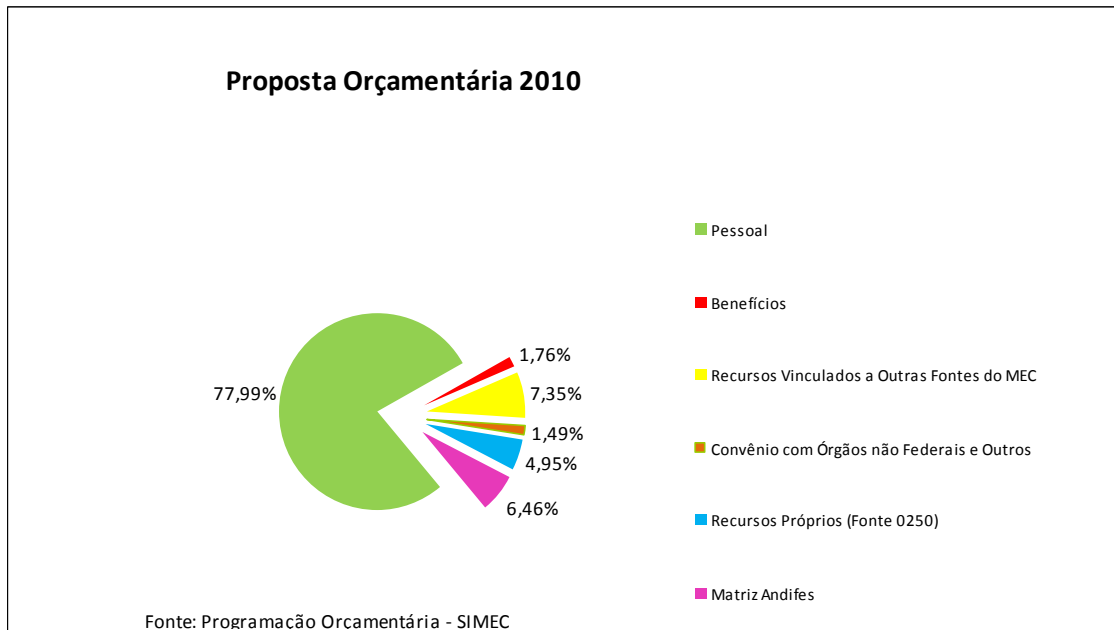


Figura 04: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2010

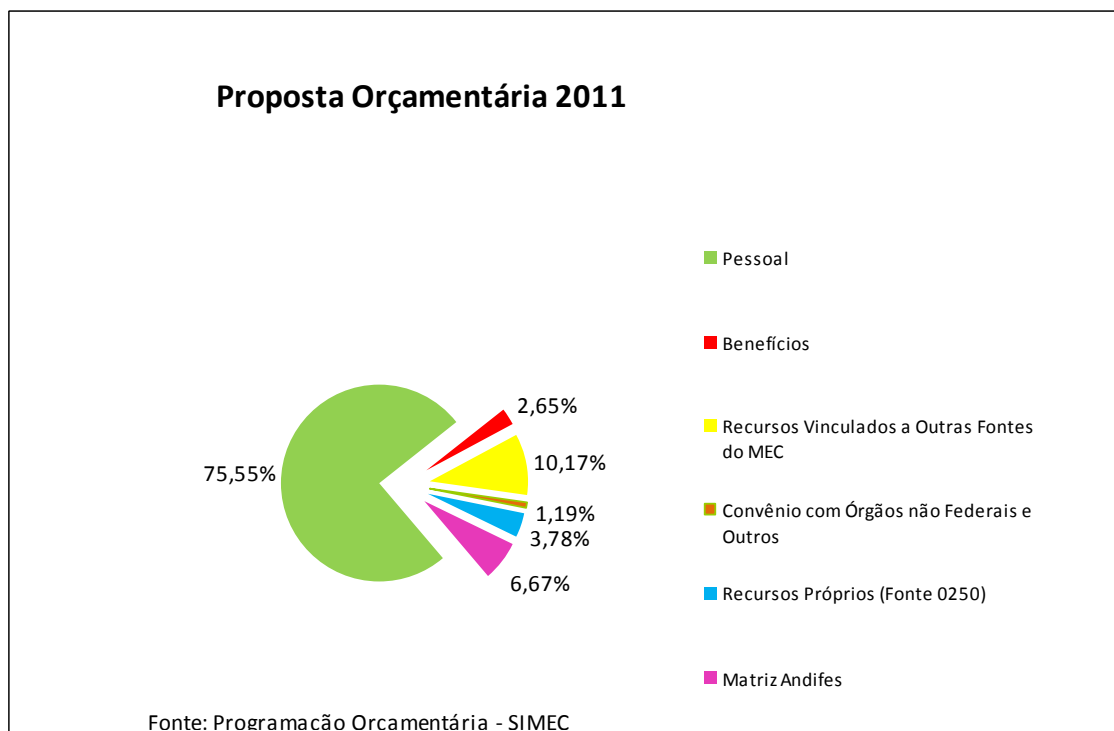


Figura 05: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2011

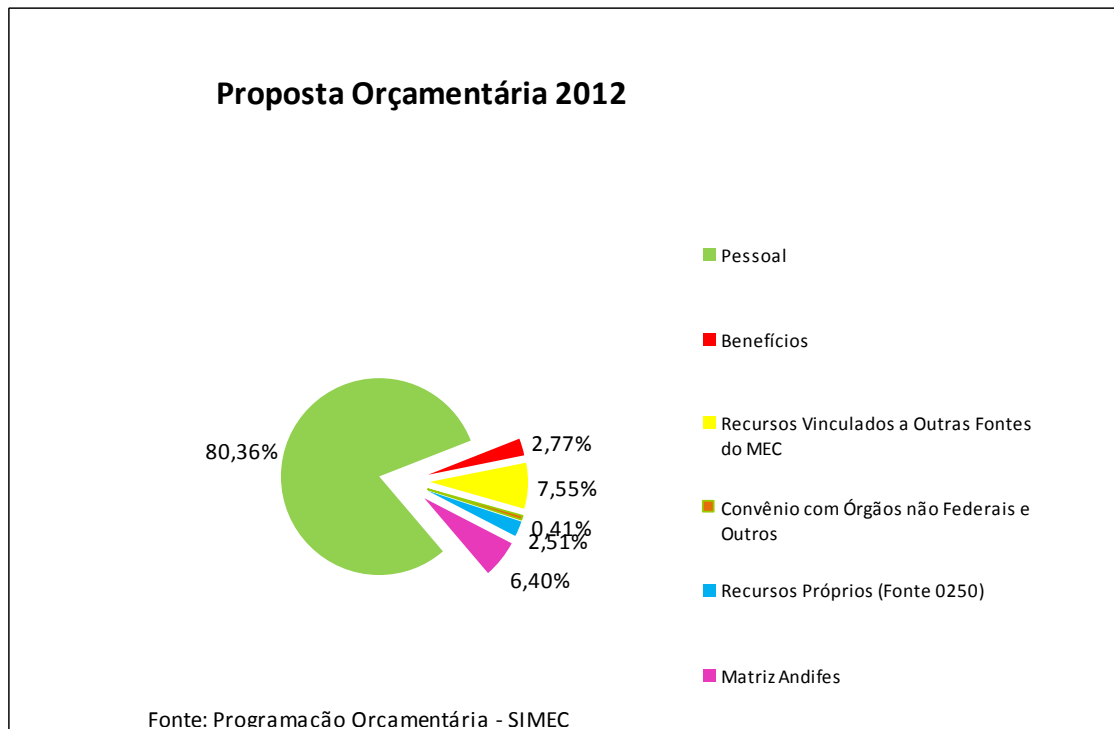


Figura 06: Orçamento destinado pelo MEC a UFF (SIMEC) – 2012

A capacidade financeira da Universidade Federal Fluminense está diretamente ligada ao Orçamento Anual que lhe é destinado para outros Custeios e Capital (Matriz Andifes) e a captação de recursos próprios (fonte 0250). Além de outras fontes de financiamento tais como convênios com outros órgãos federais, empresas públicas e privadas e outras esferas governamentais.

Tabela 27: Previsão da capacidade financeira para os exercícios de 2013 a 2017

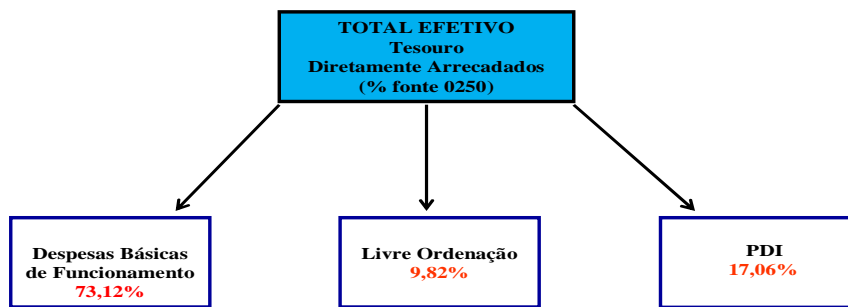
Receitas			
Exercício	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total
2013	1.261.061.911,61	21.062.128,25	1.282.124.039,86
2014	1.324.115.007,19	22.115.234,66	1.346.230.241,85
2015	1.390.320.757,55	23.220.996,40	1.413.541.753,95
2016	1.459.836.795,43	24.382.046,22	1.484.218.841,64

2017	1.532.828.635,20	25.601.148,53	1.558.429.783,72
-------------	------------------	---------------	-------------------------

Tabela 28: Despesas do orçamento global

Despesas do Orçamento Global					
Fonte: Recursos do Tesouro e Recursos Próprios					
Despesas	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoal	1.049.800.507,76	1.102.290.533,15	1.157.405.059,80	1.215.275.312,80	1.276.039.078,43
Benefícios	34.507.868,85	36.233.262,29	38.044.925,41	39.947.171,68	41.944.530,26
Custeio	133.350.093,25	140.017.597,91	147.018.477,81	154.369.401,70	162.087.871,78
Capital	64.465.570,00	67.688.848,50	71.073.290,93	74.626.955,47	78.358.303,24
TOTAL	1.282.124.039,86	1.346.230.241,85	1.413.541.753,95	1.484.218.841,64	1.558.429.783,72

A estratégia adotada pela UFF para garantir um escopo mínimo de recursos para seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como também do funcionamento das atividades básicas de ensino, pesquisa e extensão é descentralizar internamente a gestão dos recursos para suas Unidades Acadêmicas e Administrativas (Pró-Reitorias e Superintendências) de acordo com sua matriz de alocação interna. A matriz UFF distribui os recursos da Matriz Andifes entre recursos para custos básicos do funcionamento da instituição (custos fixos, terceirizações, etc), Livre Ordenação (LO) das Unidades Acadêmicas e Administrativas (custeio de despesas sobre a gestão das referidas unidades) e PDI. Assim sendo a alocação de recursos para o PDI é reprogramada anualmente com recursos oriundos da Matriz Andifes e percentual estabelecido das arrecadações próprias (fonte 0250) que representam 17,06% do total a ser alocado conforme demonstrado abaixo:



Registramos que como a matriz acima define o mínimo de recursos para o PDI em determinado exercício sendo que, anualmente, poderão ser complementados com recursos de outras fontes buscando atender as metas estabelecidas para aquele exercício.

ANEXO I

O MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE